

# Anais da Assembléia

CURITIBA, 12 E 13 DE ABRIL DE 1972

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSI	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.  
1.º VICE-PRESIDENTE — Antonio Costa  
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.  
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.  
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).  
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

### DECRETO LEGISLATIVO N. 176-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 447, de 26 de janeiro de 1972, deste Poder,

**R E S O L V E:**  
autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária Lindamir Edil Caran, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de fevereiro de 1972.

- Palácio "Dezenove de Dezembro" em 10 de abril de 1972.  
a) WILSON FORTES — Presidente  
a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário  
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

### DECRETO LEGISLATIVO N. 177-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.007-72, de 24 de fevereiro de 1972, deste Poder,

**R E S O L V E:**  
autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária Madalena Maria de Lima, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de fevereiro de 1972.

- Palácio "Dezenove de Dezembro" em 10 de abril de 1972.  
a) WILSON FORTES — Presidente  
a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário  
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

### DECRETO LEGISLATIVO N. 178-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 279-72, de 14 de janeiro de 1972, deste Poder,

**R E S O L V E:**  
mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de José Paulo Orth, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (6) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções no quinquênio vencido em 1.º de dezembro de 1.969.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 10 de abril de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente  
a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário  
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

### DECRETO LEGISLATIVO N. 179-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 980-72, de 24 de fevereiro de 1972, deste Poder,

**R E S O L V E:**  
mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Alfredo Presta, ocupante do cargo de nível "PL-30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de três (3) meses, correspondente ao dobro das férias relativas a 1970 e quinze (15) dias de 1.969.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 10 de abril de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente  
a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário  
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

### DECRETO LEGISLATIVO N. 180-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5.550-71, de 5 de agosto de 1971, deste Poder,

**R E S O L V E:**  
conceder a Henrique Wojcik, ocupante do cargo de nível "PL-17", da Série de Classes de Escriurário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%), a partir de 13 de janeiro de 1972, data em que completou vinte e cinco (25) anos de Serviço Público computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 10 de abril de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente  
a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário  
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

## 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

### Ata da 8.ª Sessão Ordinária Realizada em 12 de Abril de 1972

#### (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Hélio Manfrinato e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Basílio Zarusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (43); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Arthur de Souza, Igo Lossó, Marciano Baraniuk e Wilson Brandão (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE

#### OFÍCIO:

— Sob o n.º 350-72, do Senhor Vereador EDGARD DANTAS PIMENTEL, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, encaminhando cópia autêntica de requerimento de autoria do Senhor Vereador ENÉAS FARIA, no qual solicita informações à Secretaria de Educação e Cultura, sobre quais as razões por que deixara de efetuar o pagamento de todas as "bolsas de estudos", relativas ao ano de 1971. — Ao conhecimento da Casa.

#### TELEGRAMAS:

— Do Senhor DILSON SANTANA DE QUEIROZ, Secretário Geral Adjunto do Ministério do Planejamento, prestando esclarecimentos em atenção ao requerimento do Senhor Deputado MUGGIATI FILHO. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.



— Do Senhor ARSENIO DE AZEVEDO, Assistente da Diretoria do Instituto Brasileiro do Café, comunicando da possibilidade do Senhor JOSÉ MARIA comparecer à reunião programada por esta Casa no dia 17 de abril do corrente ano, em virtude do mesmo ter assumido a Presidência daquele Instituto, uma vez que o titular, Senhor Carlos Alberto Andrade Pinho, encontra-se temporariamente afastado das funções, por motivo de viagem ao exterior. — Ao conhecimento da Casa.

— Do Senhor MANOEL LACERDA PINTO, no qual acusa recebimento e sensibilizado agradece o voto de profundo pesar, de autoria do senhor Deputado ANTONIO FRANCO FERREIRA DA COSTA FILHO. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

# OFICIO:

Ofício n.º 56-72.

Curitiba, 10 de abril de 1972.

Senhor Presidente:

Tendo em vista o honroso convite oficial que recebi do Governo da República Federal da Alemanha e a designação desta Casa para que a representante em caráter oficial junto aos parlamentares que visitarei, solicito de V. Exa. o seguinte:

O programa será de 24 de abril a 7 de maio do ano corrente, dentro da Alemanha. Acontece que neste período não está incluída a viagem, razão pela qual solicito a V. Exa. sejam abonadas 5 (cinco) faltas antes e depois daquela data, tempo necessário a locomoção para tal.

Sendo o assunto por ora, apresento a V. Exa. meus cordiais cumprimentos.

Atenciosamente,

(a) — Igo Losso

# REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, solicitando REGIME DE URGÊNCIA, para o Projeto n.º 2-72.

— De autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando REGIME DE URGÊNCIA, para os Projetos de Lei n.ºs 180-71, 181-71 e 188-71.

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Elias de Oliveira, Vice-Prefeito de Santa Cruz de Monte Castelo e Chefe do Serviço de Arrecadação de Rendas do Estado, naquele Município, há mais de 10 anos. O mesmo era um dos homens de maior conceito na região, tornando-se o seu falecimento, uma perda irreparável para o Estado do Paraná.

Outrossim, solicito que da decisão do Plenário, seja dado conhecimento aos seus familiares, bem como às autoridades municipais.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1972.

(a) Pinto Dias

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja consignada na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Basílio Sautchuck, ocorrido em dias passados na cidade de Maringá.

O extinto que exercia o mandato de vereador no citado Município, pertencendo às fileiras do Movimento Democrático Brasileiro e o seu falecimento deixa uma lacuna difícil de ser preenchida, no rol dos homens que batalharam pelo engrandecimento do Norte do nosso Estado.

Requer, outrossim, seja dada ciência deste Requerimento à família entulhada, bem como à Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1972.

(a) Alvaro Dias

## Requerimento

Senhor Presidente:

Sendo o dia 21 de abril deste ano dedicado ao início das comemorações em todo o território nacional, do sesquicentenário da Independência do Brasil e sendo determinação regimental desta Casa de Leis, que as grandes datas nacionais sejam comemoradas, é o presente para solicitar, após ouvido o Plenário, seja marcada uma data e hora especial, para uma sessão solene desta Assembleia, para comemorar, na área do Legislativo Estadual, a data alusiva a Tiradentes, data essa posterior ao 21 do corrente.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1972.

(a) Antônio Lopes Júnior

## Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, regimentalmente, oficie-se o Exmo. Senhor Governador do Estado e a Diretoria da F.A.T.R., solicitando que S. Exas. se dignem a adotar as medidas necessárias no sentido de restabelecer o funcionamento do Posto de Assistência Rural da referida Fundação localizado em Bairro Alto, Município de Antonina.

Fechado há aproximadamente um ano vem trazendo sérios problemas a inúmeras famílias residentes nas imediações, que vinham, até então, recebendo atendimento satisfatório.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1972.

(a) Maurício Fruct

## Requerimento

Senhor Presidente:

Não tendo comparecido às Sessões realizadas nos dias 31 de março, 3, 4, 5, 6, 7, e 10 de abril p. passados, em razão de viagem de estudos ao exterior, requeiro, com fundamento no § 3.º, do art. 194, do Regimento Interno, sejam ditas faltas abonadas pela douda Mesa.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1972.

(a) Cândido Manuel M. Oliveira

## PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 23.72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga o Município de Bituruna ao Município de Palmas, passando pelo Distrito de Ubaldino Taques.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1.972.

(a) Domicio Scaramella

## JUSTIFICATIVA:

A proposição que ora temos a honra de submeter à consideração deste Plenário é medida que se impõe como necessária para o progresso de uma das regiões mais ricas do Estado. Beneficiará uma região onde estão instaladas diversas indústrias de madeira, as quais contribuem com uma grande parcela de tributos para o erário público, justificando plenamente tal proposição.

Este Projeto que ora submetemos à apreciação dos nobres Pares, os quais temos certeza darão integral apoio a esta iniciativa.

Projeto de Lei n.º 24.72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Liga Regional de Futebol de Londrina, sediada no Município do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1972.

(a) Alvaro Dias

## JUSTIFICATIVA:

A medida, Senhor Presidente, é das mais plausíveis, haja visto vir a Liga Regional de Futebol de Londrina, fundada em 14.3.1948, promovendo o futebol amador da região, esporte este criador dos maiores astros do esporte profissional.

É no esporte amador que se promove o bem-estar do corpo. O ditado latino "mens sana in corpore sano", aí está a ratificar a nossa assertiva.

A LRFL, propiciando o futebol amador, está contribuindo com um ramo importante da cultura física e sua atuação, há mais de 2 (duas) décadas em prol do esporte, vem dignificar esta sociedade que procura incentivar, por meio de processos educativos compatíveis, como fundamento da atividade profissional, a cultura física e moral.

O SR. PRESIDENTE — Esta finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Borsari Neto.

O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No início do ano passado, tivemos oportunidade de ocupar esta Tribuna para tecer algumas considerações sobre a ramicultura em nosso Estado. Naquela oportunidade nós dissemos da necessidade de se obter, junto ao Ministério da Agricultura e de algumas entidades estaduais, um incentivo para as empresas que se dedicam à aquisição de máquinas modernas de rami. Aquela solicitação se prendia não só ao fator das atuais máquinas apresentarem um verdadeiro rendimento, mas sobretudo que operavam aquelas máquinas um verdadeiro perigo para todos aqueles que as manejavam. Hoje voltamos a ocupar a esta Tribuna para justificar um requerimento que também diz respeito à ramicultura, pois pretendemos que seja solicitado ao Sr. Ministro da Agricultura a inclusão do rami na pauta de preços mínimos. O rami, pela sua importância na situação econômica do Estado, pode ser classificado entre os produtos prioritários na atual conjuntura agro-pecuária governamental. Torna-se, entretanto, necessário um estímulo ao desenvolvimento dessa cultura, como pode ser observado através das previsões para a safra de 1.972, onde são prognosticadas possibilidades de consumo interno e exportação bastante superior à produção. Para 72 estima-se um consumo interno na ordem de 34 mil toneladas e uma exportação na ordem de 4 mil toneladas, para uma produção de apenas 20 mil toneladas. Consta-se que um dos obstáculos ao incremento da ramicultura é a não inclusão da fibra na pauta dos preços mínimos. Entendemos assim que a adoção da medida solicitada no nosso requerimento virá ao encontro do interesse do embasamento de uma produção agrícola diversificada, pois dar-se-á amparo a um dos setores que tem plenas condições para se transformar em importante item da pauta nacional das exportações e, além disso, Sr. Presidente, eu encaminho à Mesa o seguinte requerimento. (Lendo):

## "Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve de acordo com o Regimento Interno, requer V. Exa., após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura solicitando a inclusão do rami na pauta dos preços mínimos.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1972.

(a) Borsari Neto

## JUSTIFICATIVA:

O rami, pela sua importância na situação econômica do Estado, pode ser classificado entre os produtos prioritários na atual conjuntura agro-pecuária governamental.

Torna-se, entretanto, necessário o estímulo ao desenvolvimento dessa cultura, como pode ser observado através das previsões para a safra de 1972, onde são prognosticadas possibilidades de consumo interno e exportação bastante superiores à produção.

Constata-se que um dos obstáculos ao incremento da ramicultura é a não inclusão da fibra na pauta dos preços mínimos. Entendemos assim, que a adoção da medida solicitada em nosso requerimento virá de encontro ao interesse do embasamento de uma produção agrícola diversificada, pois dar-se-á amparo a um dos setores que tem plenas condições para se transformar em importante item na pauta nacional das exportações".

(Sem revisão do Orador).



O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente. (Pausa). Não estando o Sr. Deputado Antônio Belinati, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nivaldo Krüger, segundo orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O assunto que nos traz à Tribuna na sessão de hoje é de interesse de todos os Srs. Deputados.

Cada um de nós está vinculado a um dos Municípios do nosso Estado ou a vários deles. Ali neste território, síntese de nacionalidade, estão as bases eleitorais, e o Deputado, especialmente aquele que não está ligado a uma área restrita, vai buscar apoio para a sua eleição num conjunto de Municípios que passa a constituir o seu núcleo. E daí por diante se estabelece um vínculo a esta área pelo decorrer de todo o seu mandato.

Sentir-me-ia altamente honrado se pudesse contar nosso Estado, com a contribuição de todos os Srs. Assim, justificaremos a posição assumida, e levaremos ao Governo do Estado sugestões adequadas para a solução do inquietante problema da participação do ICM dos Municípios paranaenses. Vivemos um processo de constante mudança, e até não seria absurdo afirmar com o sociólogo Luiz Armonn, que entramos no era das "estruturas móveis", como constantes na vida da sociedade moderna. E nós, precisamos entender esta verdade, nem sempre compreendemos; assim, sem entendê-la, ficaríamos à margem, sofrendo a angústia de não podermos acompanhar esta evolução por que passa a sociedade em todos os campos e, como parte integrante desta sociedade, na organização do Estado brasileiro, não poderemos deixar à margem o Município. A sua evolução está a exigir, como instrumento de realização do bem comum das comunidades locais no seio da Nação, está a exigir dos homens públicos, tenção especial.

Nos últimos 30 anos, os Municípios brasileiros passaram por uma transformação profunda. Da Constituição de 46, que dava ao Município a participação na receita estadual pelo célebre artigo 20, que outra coisa não era do que um instrumento para juntar os Municípios e os Prefeitos à vontade político-governamental. Neste período histórico da vida municipal brasileira, forneceram as municipalidades e as administrações locais, inverteu-se a ordem política nesta área, sobrepondo-se aos ímpetos de liberdade e independência espontâneos ao povo do município, a imposição dos governos estaduais, que abusivamente retinham os recursos municipais.

Castelo Branco compreendeu o gemitos das municipalidades brasileiras e, antes mesmo da reforma da Constituição, dava a carta de alforria com que os Municípios sonhavam, através do Decreto-Lei 380, instituindo nas finanças municipais o processo de participação direta, com a responsabilidades civil do coletor na área municipal pela pronta entrega.

Daquela instante em diante, passaram a se desenvolver aceleradamente os Municípios e os governos estaduais, sentindo o instrumento com que subordinavam os políticos municipais, esquematizaram uma fórmula de novamente sujeitarem os Prefeitos à sua vontade. E, pressionando o Ministro da Fazenda, conquistaram o célebre Fundo de Participação dos Municípios que, se tem muitas virtudes, não deixa de submeter o Município pelo sistema de índices.

Grande número de Municípios ve a sua economia se esvaziar, por contribuírem para o Fundo que distribui recursos injustamente, prejudicando as áreas onde a riqueza é gerada.

Alertado pela Associação dos Municípios do Paraná para este aspecto negativo do sistema, o Ministro da Fazenda obteve do Sr. Presidente da República a correção, em parte, das distorções, com a assinatura do Decreto 1203, de 19-1-72.

Esta medida, entretanto, não corrige a distorção tampouco a corrige o retorno aos índices de 1971, determinado pelo Governo Estadual, sendo esta apenas um remédio paliativo, que não remove a causa do mal.

E o que propomos é a constituição de Comissão da qual participem Executivo, Legislativo e Representação Municipal, para aplicar-se numa fórmula em que outros fatores sejam considerados para a determinação dos índices, de forma a que se estabeleça justiça definitiva na distribuição do recurso básico das finanças municipais.

Atentem para este exemplo, Srs. Deputados: o Município de Paranaguá recebe um terço da receita do Município de Curitiba, e tem, entretanto, um décimo de sua população, sem que essa receita seja oriunda de sua produção, mas da comercialização de bens produzidos no Interior do Estado.

Somos pela correção dessas anomalias.

Os casos se repetem. A região dos minérios, aqui em Rio Branco: num Município está instalada a fábrica e, noutro, a mina. No Município em que está instalada a mina ocorrem todas aquelas despesas óbvias de estradas, pontes e todo o fluxo de transportes. Mas, que se beneficia do ICM é o em que está situada a fábrica, nada recebendo o Município em que está a mina.

Outro exemplo: o Município de Tibagi, tradicional Município de Tibagi, histórico Município de Tibagi, ve seu ex-Distrito, Telêmaco Borba, prosperar. Toda a região é um complexo de muitos Municípios; somadas as suas receitas, somadas as suas populações e comparadas àquele temos em área e população, uma grande disparidade. Telêmaco Borba tem uma arrecadação dez vezes superior à arrecadação de todo o conjunto daquela região. Entretanto, o produto industrializado em Telêmaco Borba provém de todo o Estado do Paraná.

Uma Companhia que tem sua indústria no Estado de São Paulo e que retira do Estado do Paraná do meu Município, de Guarapuava, grande parte da madeira que necessita e ali recolhe, por um metro cúbico de tora, apenas 26 cruzeiros do ICM; e esse mesmo metro cúbico vai gerar no Estado de São Paulo, 460 cruzeiros de ICM; vinte vezes mais, com grande prejuízo para o Estado e para o Município.

Corrigir estas distorções, Srs. Deputados, é obrigação dos políticos do Paraná, dos políticos municipais e, principalmente, do Sr. Governador do Estado. A associação dos Municípios vem alertando o Governo para o problema, no sentido de lograr o êxito esperado.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Paulo Poli.

O Sr. Paulo Poli — Acho de fundamental importância o pronunciamento de V. Exa.. E o meu aparte tão gentilmente cedido por V. Exa., é de pleno e total apoio ao raciocínio de V. Exa. Veja, nobre Deputado, citando o caso de Paranaguá que recebe, sem ter um pé de café, recebe milhões de ICM dos Municípios produtores de café, que estão no Norte do Estado. Para dizer, Sr. Deputado, seria o caso de se instalar uma grande indústria de pesca no Norte do Estado e que se importasse de Paranaguá grande quantidade de peixe, para ser industrializado em Londrina, por exemplo.

Não seria justo que o ICM referente a esse pescado, fosse beneficiar o Município que estava importando e não o produtor. Isso é um fato que poderá vir a acontecer, invertendo as posições. Portanto, quero me parabenizar com V. Exa.. Tenho impressão, nobre Deputado, que seria o caso, em forma de sugestão a V. Exa., de se encaminhar ao Ministro da Fazenda sugestão nesse sentido, para que venha essa matéria lá de cima, já disciplinada, porque, de certa forma, isso vai gerar o desestímulo aos Municípios produtores de madeira, de café, de cereais que, não recebendo o percentual que lhes é devido por justiça, deixam de estimular essa produção. Portanto, essa distorção que existe, notadamente no Paraná, onde os Municípios produtores sofrem, tenho impressão de que somente por iniciativa do Governo Federal, através de solicitação e subsídios fornecidos por nós políticos, poderia ser sanada. Estou solidário e me parabenizo com V. Exa..

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte de apoio. Ao início deste pronunciamento solicitei este diálogo, para aferirmos os pontos de vista e, em conjunto, solicitarmos do Governo e não do Ministro da Fazenda providências imediatas. O Presidente da República, após dois anos de luta, notadamente na Associação dos Municípios do Paraná, convenceu-se de que as distorções existiam e fez o que pretendia fazer na área federal: baixou o decreto a que já me referi, evitando o processo em cascata; produção de suíno em Pato Branco, comercializado em Ponta Grossa e posteriormente em Curitiba, vinha acrescido do valor total e, portanto, dando ao Município onde se realizava a comercialização, a receita, prejudicando o Município produtor.

Fica essa distorção sanada a partir do próximo ano.

Mas há um outro aspecto distorcivo que está gerando descontentamento às municipalidades paranaenses. O sistema de coleta de elementos constitutivos do coeficiente ou índice através da consulta ao contribuinte que informa se quiser e quando quiser, não havendo possibilidade de controlar a verificação. A modificação desse método e coleta pela própria repartição fazendária é reivindicação já em poder do Ministro Delfim Neto, mas não foi atendida até o momento. Por isso é que propomos a celebração de convênios com o Estado do Paraná, o que é permitido pelo decreto 380, em seu artigo 11, medida pleiteada pela Associação dos Municípios. O que pretendemos é a constituição de Comissão para, com justiça, determinar as bases de comércio com base no artigo 11 da Lei 380.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. situou bem o problema do ICM. A medida adotada, todos sabemos, foi mais paliativa para este ano de 72. Em 73 é que vai ser distribuída a arrecadação de acordo, uma vez que aquela diferença que não estava sendo dotada será a solução que irá contentar a todos. Sabemos que o Governo do Estado está de pleno acordo e já autorizou a Associação dos Municípios do Paraná que faça um estudo; entretanto, é necessário que todos os Municípios estejam de acordo com esse Convênio. Era o aparte de colaboração que desejava dar.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte de V. Exa. e é evidente que, para que haja esta correção, é necessário que todos os Municípios estejam de acordo.

Tenho aqui alguns dados que servirão para fortalecer o nosso ponto de vista.

Dezesseis Municípios com a área de 29.154 Km<sup>2</sup>, aproximadamente 15% do Estado, com uma população de 1.981.000 habitantes aproximadamente 22% da população do Estado absorvem 51% das quotas do fundo.

É gritante a injustiça: 22% absorvem 51% das quotas do fundo. Os municípios reclamam, o produtor reclama, todos tem razão mas ninguém resolve. Por isto, a meu ver, somos nós, políticos, que não estamos encarando com realismo esta situação.

Então, Srs. Deputados, outro dado: A implantação de novos índices para 1972 acusa-nos o seguinte:

219 Município com redução dos índices em relação a 71, sendo que em 150 a redução já é de 40%. Para onde foram esses recursos? Foram exatamente para os centros de comercialização. 40 Municípios com uma redução de 55% e 29 com redução entre 55 e até 80%; 8 com aumento de 40 e 80%, 7 casos especiais de aumento superior a 100%.

O apelo é no sentido de que cada Deputado se interesse, na sua área, para obter dos Prefeitos a posição do momento, em face da alteração feita recentemente. Mudou-se completamente o quadro. Já sei que o Prefeito da minha cidade — e com toda razão — está mal satisfeito porque o Estado, ali, arrecada hoje 3 milhões por mês e a Prefeitura tem apenas participação de 360 mil cruzeiros novos, o que não corresponde a 20% da receita realizada pelo Estado.

O ponto de honra do Movimento Democrático Brasileiro é que se estabeleça este critério, esta justiça. O Sr. Líder da Bancada solicitou-me que fizesse o pronunciamento em nome da Bancada, pois este é o pensamento do Partido, estabelecer um critério de Justiça. Não temos Prefeitos Municipais não estamos advogando a causa dos nossos Prefeitos Municipais, pois eles são quase todos da ARENA. O que vamos fazer se o seu Partido os desampara, se o Governo é insensível à sua causa? Mas aqui está o MDB para fazer este alerta. Os Srs. Deputados, hoje conhecedores deste quadro, atenderão ao apelo, para que haja correção nesta distorção.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, gostaria de me congratular com V. Exa. pelo pronunciamento que V. Exa. fez esta tarde, desta Tribuna. Conforme V. Exa. já declarou à Casa de fato solicitei a V. Exa. que fizesse de suas palavras as palavras da bancada do MDB. Todos que aqui se encontram reconhecem em V. Exa. uma das grandes autoridades em matéria de municipalismo no Estado do Paraná, e sobretudo no que se refere a esta matéria tributária. Vemos em V. Exa. um dos líderes mais insusados das reivindicações dos Municípios paranaenses. Quando da troca de critérios do Governo de então, Presidente Castelo Branco, para o Governo Marechal Costa e Silva, quando se pretendeu o que depois veio a se concretizar infelizmente, do critério, da transformação do critério anterior adotado na distribuição tributária. Dou aqui a V. Exa. o testemunho do Deputado do sudoeste paranaense que não tem viagem que não se encontre com um Prefeito e cuve deles reivindicações que se calcula, por serem justificadas, devem ser também em todas as demais regiões do Estado Acho que aquilo que V. Exa. propõe à Casa, a arregimentação dos políticos, a arregimentação dos Deputados no sentido de se corrigir as distorções seria uma medida de longo alcance, porque o que vemos hoje é o Deputado, no interesse de atender aos Municípios, agenciando pequenas verbas junto às Secretarias pequenos convênios junto às autarquias, no sentido de levar algum benefício aos Municípios que representamos nesta Casa; medidas de longo alcance, como propõe V. Exa., se atingidas, libertariam os Srs. Deputados destes pequenos agenciamentos, porque na verdade o maior problema dos Municípios seria resolvido pela correção que V. Exa. propõe para o sis-



tema de tributação. E me congratulo com V. Exa. e espero que a Casa, como bem V. Exa. advertiu, tenha a sensibilidade para se interessar, para se empenhar pelo que V. Exa. propõe nesta Casa.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço ao Líder da nossa Bancada, Sebastião Rodrigues o aparte que nos concedeu e espero que a Casa não tenha esquecido este problema. Ocorreu-me agora, com as palavras de V. Exa., um aspecto terrível da acentuada defasagem em que se encontra a vida administrativa em nosso Estado. O Governo Federal, o Governo da União, segundo afirmou-nos aqui inicialmente, tem sua filosofia de administração de um certo esvaziamento dos Estados e fortalecimento das áreas municipais. O Cefal, órgão federal, programou o que eles chamam de movimento integrando entre a área federal as áreas estaduais e as áreas estaduais e as áreas municipais. Mas para isto ele encontrou fontes financeiras do exterior capazes de financiar planos de desenvolvimento regionais, ordenou todo este processo; dispõe de um recurso imenso do fundo oriundo das contribuições do Banco de Habitação e não tem podido aplicar estes recursos em nosso Estado simplesmente porque o Estado do Paraná não elaborou um plano de desenvolvimento em harmonia com o plano Nacional e os Municípios, na impossibilidade de fazer a conexão de seus planos, que devem ser harmoniosos, com as diretrizes adotadas no Estado para o seu Estado, para o seu desenvolvimento, não tem podido aplicar recursos em nosso Estado e o Paraná ficou preterido e o Paraná perdeu uma grande oportunidade de desenvolver áreas que estão carentes de desenvolvimento. Ai está a regressão e aqui temos presente um Deputado que foi Diretor da Companhia de Saneamento do Estado do Paraná. Este setor não atingiu o desenvolvimento que poderia ter atingido em nosso Estado, devido à falta de meios.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Apenas para ilustrar o que V. Exa. afirma da Tribuna. Gostaria de exemplificar noutro campo, a bem da verdade, que o Governo do Estado do Paraná, por falta de assessoria adequada, tem deixado de se beneficiar em vários aspectos administrativos, dos convênios que poderiam beneficiar os Municípios. Ainda tomava contato outro dia através da imprensa de S. Paulo que uma série de convênios firmados pela Secretaria de Agricultura daquele Estado com entidades estrangeiras, distribuíam os benefícios deste convênio pelo interior do Estado de São Paulo.

É interessante observar que, nas estatísticas daquele convênio realizado, o maior número deles foi feito com o Estado de São Paulo, nenhum com o Estado do Paraná; então existe um potencial de auxílio a ser canalizado para o âmbito dos Estados e por eles tribuído pelo interior, para os Municípios.

Lamentavelmente me parece que o Estado do Paraná não tem se beneficiado deste potencial.

Ainda V. Exa. há tempos atrás, desta Tribuna, argumentava analisando o Orçamento do Estado, a baixa dotação para a Secretaria da Agricultura.

Ora, se o Estado não tem recursos para dotar adequadamente a sua Secretaria — porque o Estado do Paraná é um Estado acima de tudo agrícola — ele deveria procurar conhecer este potencial, as possibilidades de convênio com estas entidades externas, a fim de carrear para o benefício da agricultura do nosso Estado, todos os recursos possíveis como estão fazendo, de sobra, os demais Estados brasileiros; como o Estado de São Paulo, por exemplo, que talvez já possuía as melhores condições de aplicar, e no entanto, ainda vai buscar estes recursos externos que o nosso Estado necessita e não tem sabido aproveitar.

O SR. NIVALDO KRÜGER — V. Exa. lembrou bem. O Estado de São Paulo, ao conceder auxílio ao financiamento aos Municípios, exige primeiro que o Município tenha o seu planejamento; mas o Estado de São Paulo também providenciou, na Secretaria de Planejamento, um setor para as municipalidades. E hoje, esta é a tônica do Governo Federal; não se concebe que o desenvolvimento seja feito atabalhoadamente. E o Paraná não entendeu a este aspecto, não atendeu, e a consequência é esta que nós acabamos de analisar. Evoluímos muito pouco.

Não temos estrutura para receber recursos, não temos financiamento; pouquíssimos Municípios tem um plano de desenvolvimento articulado com o desenvolvimento nacional, devido à ausência de planejamento estadual.

E hoje concede-se auxílio e financiamento a entidades, a Municípios do Estado, atendendo exclusivamente à política e não ao critério justo de planejamento e da interpretação da realidade, com vistas ao bem comum.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, eu creio que ainda falta a conscientização de certos Prefeitos. V. Exa. sabe que existem as micro-regiões em todo o Estado do Paraná. Nós temos na nossa região, 17 municípios, que é a região do Vale do Ivaí. Nós conseguimos, junto à Sudesul, aquela ajuda que ela dá para a elaboração do plano local integrado, para depois entrar na CERPAL, para obter financiamento. É a coisa mais difícil que tem, conseguir junto aos Municípios aqueles dados exigidos; aqueles planos estatísticos aqueles levantamentos; então o que está havendo é uma falha, na realidade, do Governo do Estado. Mas não é só no Governo do Estado; existe a falha junto ao Município que ainda não sabe o valor que tem aquela organização dos Municípios que precisa ser feita para que nós cheguemos a esse entendimento, para que tenhamos condições de pleitear este financiamento junto à CERPAL e esta ajuda à Sudesul. Trata-se de 80 milhões para cada Associação de Municípios, para esse início de trabalho, para esse planejamento.

V. Exa. se referiu ainda há pouco sobre o ICM sobre esta distinção que está havendo; é preciso haver reuniões. Eu participei, nessa minha região do Vale do Ivaí dos 17 Municípios, com esta volta do índice do segundo semestre. 14 Municípios foram beneficiados; 3 prejudicados. Estes três Municípios prejudicados ainda concordaram porque viram a distinção, como era muito grande, destes 14 Municípios beneficiados. É preciso que haja e que haja com bastante urgência, este estudo pela Associação dos Municípios do Paraná, com a participação de órgãos como a Sanepar, porque não só nós, Deputados, que participemos também deste estudo, para propor um convênio entre o Governo do Estado e os Municípios, e mesmo à altura de entrar em contato com todos os Municípios paranaenses. Este convênio poderá ser estudado, como bem frizou V. Exa., nos aspectos de população, arrecadação e área de cada região; então ter-se-ia índices que viriam a satisfazer a todos um índice justo. Então, não está havendo este descuido de nossa parte, como disse no início V. Exa.; a Bancada da Arena ainda não tenha talvez olhado esta parte. Nós não descuidamos. Eu falei duas vezes com S. Exa. o Sr. Secretário da Fazenda, com o Governador do Estado, sobre a volta desse índice no segundo semestre e dizendo sobre os grandes prejuízos que estavam trazendo a Municípios que não tinham mais condições condições de sobrevivência. Está aí, todos nós es-

tamos preocupados; é preciso que haja uma medida, um trabalho conjunto para se atender às necessidades paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Obrigado.

O Sr. Borsari Neto — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Nivaldo Krüger, observei seu pronunciamento com muita atenção e, na parte que V. Exa. se referiu à Companhia de Saneamento do Paraná, à Companhia à qual tive a satisfação de pertencer; houve realmente uma série de dificuldades para que nós pudessemos desenvolver o programa que se desejava.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Aliás V. Exa. foi um dos grandes Presidentes dessa companhia. Dirigiu com acerto e no Paraná foi reconhecido o trabalho de V. Exa. à frente dessa empresa.

O Sr. Borsari Neto — Agradeço o pronunciamento de V. Exa. e entendo que o trabalho que pudemos realizar foi à custa de uma equipe que conseguimos formar. Mas, como fomos dizendo a grande dificuldade que deparamos naquela oportunidade era inclusive uma multiplicidade de órgãos que operavam no setor de saneamento. Problemas desta natureza, foram levantados na esfera federal. E felizmente hoje existe um organismo único que está incumbido de orientar toda a política e saneamento que é o Sistema Financeiro de Saneamento, uma Superintendência pertencente ao Banco Nacional de Habitação. Entretanto, nobre Deputado, eu entendo que em parte o aparte do Líder do MDB não está condizente com a realidade. Haja visto o esforço do atual Governo do Estado, particularmente em captar recursos da Sudesul, do atual Governo do Estado e principalmente do BNH.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Concordo com V. Exa.

O Sr. Borsari Neto — Haja visto que uma série de Deputados da atual legislatura tiveram oportunidade de no fim do mês passado assistir em Palácio, a assinatura de um convênio entre a Companhia de Saneamento do Paraná, o Governo do Estado e o BNH. Foi o maior convênio firmado neste país, para o sistema de abastecimento de águas, convênio superior a 600 milhões de cruzeiros.

E é importante lembrar também que, inclusive, companheiros nossos, da Bancada de V. Exa. se encontravam numa reunião na Sanepar, onde foi amplamente explanada esta tendência, esta preocupação do Governo do Estado, em captar recursos para os nossos órgãos.

Era este o aparte que queria conceder a V. Exa.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço a V. Exa.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para explicar, já que fui citado nominalmente. Gostaria de dizer ao nobre Deputado Borsari Neto, que a crítica da liderança do MDB continua válida. Mesmo porque não me referi a nenhum convênio específico. Poderia me referir a este a que V. Exa. se refere. E poderia inclusive manifestar certa apreensão do povo no que diz respeito a ele. A transformação da antiga Sanepar; a transformação dos estatutos jurídicos dela, a fim de se beneficiar desse convênio com o BNH, através de uma elevação que todo mundo teme seja absurda das tarifas de água e esgoto em nossa Capital e também no interior do Estado. A crítica continua válida porque não me refiro apenas a um convênio. Refiro-me à falta de assessoria do Governo de modo geral, para se beneficiar de uma série de convênios não só no País — porque naturalmente o Governo Federal está aí para orientar o Governo do Estado — mas também para o agenciamento de empréstimos externos, como vêm fazendo os demais Estados na Federação. Queira Deus que o Estado se assessorasse bem para se beneficiar de todos os convênios. Cumprimento o Governo do Estado por ter feito dois convênios e espero que faça mais. A crítica tem sentido construtivo de abrir os olhos do Estado para o mamão de benefícios que poderá trazer para o seu interior, valendo-se destes convênios.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Obrigado.

Finalizando quero lembrar apenas mais um dos aspectos que causa esta terrível distorção no processo de distribuição de ICM aos Municípios paranaenses. Computa-se apenas como fato gerador o fator econômico em si, a comercialização do produto. Ora, se o fato gerador da incidência tributária realiza-se num local onde não se verifica a produção, é evidente a distorção.

Uma modificação no processo, computando-se a par do fator econômico o fator social, área do Município, população do Município, crianças em idade de escolaridade, número de quilômetros de estradas, todos os fatores, enfim, que compõem a comunidade municipal. Então teremos um equilíbrio e corrigiremos este aspecto de termos 51% da renda tributária para apenas 22% da população.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Nivaldo Krüger, ouvimos com atenção o pronunciamento de V. Exa. e quero, em nome de minha Bancada, congratular-me com V. Exa. na primeira parte de seu pronunciamento, quando pretende iniciar um movimento no sentido de propiciar a todos os Municípios uma distribuição mais equitativa, a fim de que os Prefeitos do interior possam dar cumprimento a seu plano de obras. Realmente, é um assunto que vem empolgando o povo paranaense, de modo geral, principalmente os chefes de Executivo de todos nossos Municípios. O Governador Parigot de Souza há poucos dias baixou um decreto estabelecendo novos índices...

O SR. NIVALDO KRÜGER — O retorno dos índices de 71.

O Sr. João Mansur — ... a critério e a pedido da Associação paranaense de Municípios, onde todos os Prefeitos Municipais estiveram presentes e a grande maioria apoiou. V. Exa. já foi Presidente da Associação Paranaense dos Municípios e sabe que é um assunto complexo, que demanda muito estudo e muito esforço. Com relação à primeira parte estamos de pleno acordo para, juntos, cerrarmos fileiras no sentido de solucionar o problema.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço a V. Exa.

O Sr. João Mansur — Mas, agora, quero discordar de V. Exa. quando V. Exa. apela para a Bancada de meu Partido e, ao mesmo tempo, denuncia os Deputados da ARENA de possível alheamento desse problema — o que não é verdade. Porque todos os Deputados estiveram sempre presentes, porque todos representam o Interior do Estado e têm interesses não só com os prefeitos, mas com a própria população.

De modo que, apenas não concordo com V. Exa. quando V. Exa. procurou dar à Bancada do meu Partido um sentido de alheamento a esse problema, o que não é verdade. Todos estiveram e estarão sempre presentes.

De modo que estaremos incorporados aos apelos de V. Exa. porque essa luta é de todos os Deputados.

Meus cumprimentos ao brilhante discurso de V. Exa.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço, ilustre Deputado João Mansur. Não pretendia transferir a responsabilidade exclusiva à Bancada de V.



Exa., ao dizer que a Bancada de V. Exa. estava ausente. Desconhecia que ela estava gerenciando nesse sentido. Tomei conhecimento agora, com as afirmações feitas por V. Exa.

Agora resta ao Governo do Estado ser sensível ao problema e realizar esse convênio. É esta a solicitação de meu Partido para que encontremos um critério, através do levantamento da incidência, tendo por base o fator social. E aí haverá o equilíbrio. Somente este proporcionará um clima favorável ao desenvolvimento normal desse fundamental órgão da vida nacional, que é o Município.

Muito obrigado. (Com revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 176-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que consigna de Utilidade Pública, a Delegacia da Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil, da cidade de Maringá. Parecer favorável da C.C.J. — **COM SUBSTITUTIVO.** — **Aprovado pelo substitutivo.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 261-71, de autoria do Poder Executivo, — Mensagem n.º 40-71, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva, autorizar o Poder Executivo dar fiança aos empréstimos contraídos pela Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, com o Banco Nacional de Habitação e dá outras providências. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 7-71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado em 15 de julho de 1970, entre o D.E.R. e o Município de Sengés. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 222-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 25-71, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a contribuição do Estado para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Res. n.º 9-71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 17-71 — aprova Convênio celebrado em 30 de março de 1971, entre a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná e o Ministério da Agricultura. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

#### PROPOSIÇÃO N. 17-71

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 9-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### RESOLVE:

Art. 1.º — É aprovado o convênio celebrado em 30 de março de 1971, entre a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná e o Ministério da Agricultura, objetivando a execução de um Projeto de Informação de Mercado Agrícola, compreendendo atividades específicas de coleta, preparação, intercâmbio e divulgação de dados sobre o mercado atacadista de produtos agropecuários.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de Junho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

Emílio Carazzai

Acyr José

Sebastião Rodrigues Júnior

Muggiati Filho

Armando Queiroz

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N. 17-71

AUTOR: Governo do Estado

SUMULA: Mensagem n.º 10-71, encaminhando, para os fins constitucionais, cópia do Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria de Agricultura do Estado.

##### PARECER

I — A presente proposição constitui-se da Mensagem n.º 10-71, do Governo do Estado, encaminhando, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, para a execução de um projeto de Informação de Mercado Agrícola.

II — Trata-se de iniciativa de competência privativa do Senhor Governador do Estado, expressa no Art. 47, inciso IX, da Constituição Estadual.

III — Resta a esta assembléia nos termos do inciso VII, do Art. 22, da Constituição do Estado, aprovar o referido Convênio, para o que apresentamos, anexo, o competente Projeto de Resolução.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 23 de Junho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

Emílio Carazzai

Acyr José

Muggiati Filho

Armando Queiroz

Sebastião Rodrigues Júnior

Térmo de Convênio que celebram, o Ministério da Agricultura e a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, para execução de um Projeto de Informação e Mercado Agrícola.

Aos 30 dias do mês de março de 1971 na sede da Diretoria Estadual do

Ministério da Agricultura, presentes o Diretor Estadual, Doutor João Palma Moreira neste ato representando o Ministério da Agricultura aqui referido simplesmente MINISTÉRIO, por Delegação de Competência, "em vi" da Portaria Ministerial n.º 259 de 25 de Junho de 1970, publicada no D.O.U. de 30 de Junho de 1970, e o Secretário de Agricultura, Doutor Carlos Affonso Meissner Osório, neste ato representando a Secretaria de Agricultura, doravante denominada SECRETARIA, que perante as testemunhas instrumentárias, resolveram celebrar este Convênio, para execução de um Projeto de Informação de Mercado Agrícola, na forma que se segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### Objetivo do Convênio

O objeto deste Convênio é a execução, em âmbito estadual, de um Projeto de Informação de Mercado Agrícola e compreende atividades específicas de coleta, preparação, intercâmbio e divulgação de dados sobre comportamento do mercado atacadista dos produtos agropecuários. (Visa, ainda, este Convênio, a continuação dos trabalhos que vinham sendo realizados mediante Protocolo de Serviços firmado entre o "Projeto SIMA" e a Secretaria).

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### Das Obrigações dos Convenientes

As obrigações dos Convenientes, a seguir enumeradas, traduzem-se em:

##### I — do Ministério

a) — concorrer, no presente exercício com a quantia de 37.055,36 (trinta e sete mil, cinquenta e cinco cruzeiros e trinta e seis centavos), destacada do Projeto 02.02.2.243/2. "Estudos Econômicos do Setor Agropecuário" Subprojeto — "Informação de Mercado Agrícola";

b) — nos exercícios subsequentes, com recursos que consignados no Orçamento da União;

c) — fiscalização técnica do Projeto, através do Escritório de Estatística, Análises e Estudos Econômicos, e financeira, através da Inspeção Geral de Finanças;

d) — reexame do Projeto, de forma a aperfeiçoar os métodos utilizados, após audiência da SECRETARIA.

##### II — Da Secretaria

a) — coletar, preparar, permutar e divulgar dados sobre comportamento do mercado de produtos agropecuários, a nível de atacadista;

b) — confeccionar boletins para distribuição à Imprensa, a entidades governamentais e outros interessados;

c) — instalar em suas dependências uma Agência do Projeto, fornecendo-lhe o material necessário ao seu funcionamento;

d) — as atribuições acima enumeradas genericamente, constam, discriminadas, no Cronograma de Trabalho anexo parte integrante deste Convênio, e que será anualmente reajustado, de comum acordo, até o dia 15 de dezembro anterior a sua vigência;

e) — manter pessoal capacitado e qualificado segundo os padrões do MINISTÉRIO, para o desenvolvimento dos serviços.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

##### Da Execução Financeira

Os recursos financeiros destinados ao atendimento dos serviços constantes deste Convênio serão divididos em pagamentos, trimestrais, proporcionais ao volume de trabalho em cada trimestre, de acordo com o Cronograma anexo. Os pagamentos serão efetuados pelo MINISTÉRIO a SECRETARIA na seguinte forma:

— Parcela referente ao 1.º trimestre — automaticamente, no início do exercício correspondente, desde que o Convênio esteja publicado no Diário Oficial da União;

— Parcelas referentes aos trimestres seguintes no início do período respectivo, mediante atestado do funcionário habilitado do MINISTÉRIO, de que a etapa anterior foi integralmente cumprida.

#### CLÁUSULA QUARTA

##### Pelo Responsável pela Execução do Serviço

A SECRETARIA indicará ao MINISTÉRIO um funcionário de seus quadros para ser o executor deste Convênio. Se aprovado a SECRETARIA baixará o competente ato de designação.

#### CLÁUSULA QUINTA

##### Do Prazo e Vigência

O prazo de duração deste é de 5 (cinco) exercícios financeiros, incluindo-se o corrente. A vigência, entretanto, terá início a partir da publicação no D.O.U.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### Das Alterações, da Rescisão e da Denúncia

O presente Convênio poderá ser alterado, ao todo ou em parte, a qualquer época, através de Termo Aditivo desde que haja interesse ou conveniência das partes Convenientes e justifiquem a natureza e a circunstância da medida.

Poderá este Convênio, ainda, ser rescindido, por inadimplemento de qualquer das suas Cláusulas, ou por inobservância dos aspectos técnicos do Projeto, ou ainda, pela superveniência de norma legal que torne este Convênio formal e materialmente impossível. Poderá também, ser denunciado, formalizada a denúncia através de correspondência epistolar, efetivando-se a denúncia trinta (30) dias após este procedimento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### Da Publicação

O presente instrumento será levado a publicação no Diário Oficial da União.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### Do Fôro

Fica eleito o fôro da União para dirimir toda e qualquer dúvida suscitada na execução das Cláusulas deste Convênio.



**CLAUSULA NONA**  
Contratante

Este Convênio será publicado, também, no Diário Oficial do Estado do Paraná e levado a homologação do Senhor Governador do Estado e seu ato a referendo da Câmara Estadual, após o que será registrado no Tribunal de Contas Estadual, se for o caso.

**CLAUSULA DÉCIMA**  
Do Projeto

"Projeto SIMA/PR." será executado pela SECRETARIA, nos termos propostos, e não será modificado, em nenhuma hipótese, salvo expressa concordância do MINISTÉRIO. Aceitas as condições deste Convênio o "Projeto SIMA/PR." passa a fazer parte integrante e complementar deste instrumento, independentemente de transcrição.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**  
Das Novas Estipulações

Os Convenientes poderão, em qualquer época da vigência do Convênio, estipular novas cláusulas e condições, por meio de Termos Aditivos, a fim de compatibilizar os objetivos da avença às situações emergentes.

**CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA**  
Da Revogação de Convênio Anterior

O presente Convênio revoga igual instrumento, celebrado em 23 de julho de 1970 tornando dito instrumento juridicamente insubsistente.

E, para firmeza e validade do que se estipulou e convencionou, foi lavrado este Convênio em 4 (quatro) vias de um só teor e forma, perante as testemunhas instrumentárias, para que produza entre si os legítimos efeitos de direito.

JOÃO PALMA MOREIRA  
p/ Ministério da Agricultura  
CARLOS A. MEISSNER OSÓRIO  
p/ Secretaria de Agricultura

Testemunhas:

(Ass. Ilegíveis)

(Ass. Ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando abono de faltas, fundamentando no § 3.º, do art. 194, do Regimento Interno. — Será encaminhado ao Sr. 1.º Secretário para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 2-72. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando seja marcada uma data e hora especial, para uma sessão solene, em comemoração ao sesquicentenário da Independência do Brasil. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elias de Oliveira — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Basílio Sautchuck. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 180-71, 181-71 e 188-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e a Diretoria da F.A.T.R., no sentido de restabelecer o funcionamento do posto de assistência rural da referida Fundação, localizado em Bairro Alto, Município de Antonina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, apresentado da Tribuna, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido da inclusão do rami na pauta dos preços mínimos. — **Aprovado.**

Em sessão anterior esta Casa aprovou a designação do Sr. Deputado Igo Losso para, em missão da Assembléia, atendendo a convite da República Federal da Alemanha, visitar Casas Legislativas daquele País amigo.

A representação, nos termos aprovados, se estenderá de 24 do corrente mês a 7 de maio vindouro, espaço de tempo que coincide exatamente com a duração do programa estabelecido pelo Governo Alemão.

Evidentemente, fica faltando o espaço de tempo indispensável para que o nobre Deputado Igo Losso se desloque até a Europa e lá se instale, bem como de lá retorne.

Como o Deputado Igo Losso solicitou que a duração da missão que lhe foi confiada seja acrescida de cinco dias imediatamente anteriores a 24 do corrente e cinco imediatamente posteriores a 7 de maio, a Mesa consulta o Plenário. Os Srs. Deputados que concordam, queiram se conservar como estão. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 7-71 e do Projeto de Lei n.º 222-71;

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 9-71;

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11-71.

Esta Presidência designa uma sessão extraordinária para amanhã, dia 13, às 14,00 horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 41-71.

Fica, também, anunciada para a sessão de sexta-feira, dia 14, às 10,00 horas da manhã, a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 211-71;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 180-71, 181-71 e 188-71.

Levanta-se a sessão.

**2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 9.ª Sessão (Extraordinária)**

Realizada em 13 de Abril de 1972 — (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Alvaro Dias.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quílese Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Igo Losso Luiz Roberto Soares e Wilson Brandão (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE — Não há Ata, nem Expediente a ser lido. Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão Única — da Proposição n.º 41-71, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 270-70, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, autoriza o Poder Executivo conceder auxílio de Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros), ao Instituto de Cultura Espírita do Paraná, e dá outras providências. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão.

Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 17, às 14 horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

Discussão Única — da Proposição n.º 88-71.

Levanta-se a sessão.

**2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 10.ª Sessão Ordinária**

Realizada em 13 de Abril de 1972 — (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Maurício Fruet.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antonio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quílese Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Igo Losso Luiz Roberto Soares e Wilson Brandão (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
E X P E D I E N T E :

**INDICAÇÕES:**

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Vossa Excelência, sejam indicados para integrarem as Comissões Permanentes da Casa, em nome da Bancada do MDB, os seguintes Deputados:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA:

Muggiati Filho, Maurício Fruet e Sebastião Rodrigues Júnior.

COMISSÃO DE FINANÇAS:

Antonio Belinati e Maurício Fruet.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO:

Nivaldo Krüger e Muggiati Filho.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Hélio Manfrinato e Alvaro Dias.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES:

Hélio Manfrinato e Alvaro Dias.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA:

Alvaro Dias e Nivaldo Krüger.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO:

Sebastião Rodrigues e Nivaldo Krüger.

COMISSÃO DE POLÍCIA:

Antônio Belinati e Muggiati Filho.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA:

Maurício Fruet e Hélio Manfrinato.

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

Alvaro Dias e Muggiati Filho.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS:

Maurício Fruet e Antonio Belinati.

COMISSÃO DE TURISMO:

Sebastião Rodrigues e Maurício Fruet.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1972.

(a) Sebastião Rodrigues



## INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Na qualidade de Líder da Aliança Renovadora Nacional, INDICO à Mesa, para comporem as Comissões Técnicas da Casa, os seguintes Senhores Deputados:

**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA:**

Arizone Araújo — João Fadel — David Federmann — Xenofonte Villanueva.

Suplentes:

Paulo Camargo — Ovidio Franzoni — Jorge Sato — Emilio Carazzai.

**COMISSÃO DE REDAÇÃO:**

Basilio Zanusso — Cândido Martins de Oliveira — Antônio Maciel — Gabriel Manoel.

Suplentes:

Jorge Sato — Ovidio Franzoni — Santos Lima.

**COMISSÃO DE TURISMO:**

Gilberto Carvalho — Marciano Baraniuk — Jorge Sato — Odilon Reinhardt.

Suplentes:

Arthur de Souza — Pinto Dias — Lázaro Dumont — Gabriel Manoel.

**COMISSÃO DE POLÍCIA:**

Paulo Poli — Wilson Brandão — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Maciel.

Suplentes:

Fuad Nacli — Arizone Araújo — Santos Lima — Xenofonte Villanueva.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1972

(a) João Mansur

## INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Na qualidade de Líder da Aliança Renovadora Nacional, INDICO à Mesa, para comporem as Comissões Técnicas da Casa, os seguintes Senhores Deputados:

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES:**

Lázaro Dumont — Gilberto Carvalho — Borsari Neto — Gabriel Manoel.

Suplentes:

Basilio Zanusso — Pinto Dias — Paulo Poli — Wilson Brandão.

**COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA:**

Arizone Araújo — Cândido Martins de Oliveira — Antônio Lopes — Gabriel Manoel.

Suplentes:

Francisco Escorsin — Santos Lima — João Fadel — Fabiano Braga Côrtes.

**COMISSÃO DE FINANÇAS:**

Davir Federmann — Leopoldo Jacomel — Antônio Lopes Júnior — Odilon Reinhardt — Fuad Nacli — João Fadel.

Suplentes:

Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Lázaro Dumont — Gilberto Carvalho — Jorge Sato — Igo Losso.

**COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO:**

Francisco Escorsin — Xenofonte Villanueva — Arizone Araújo — Marciano Baraniuk.

Suplentes:

Antônio Maciel — Luiz Roberto Soares — Paulo Poli — Wilson Brandão.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1972

(a) João Mansur

## INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Na qualidade de Líder da Aliança Renovadora Nacional, INDICO à Mesa, para comporem as Comissões Técnicas da Casa, os seguintes Senhores Deputados:

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA:**

Armando Queiroz — Santos Lima — Ovidio Franzoni — Erondy Silvério — Emilio Carazzai — Igo Losso — Paulo Camargo — Cândido Martins de Oliveira — Luiz Roberto Soares.

Suplentes:

Borsari Netto — Basilio Zanusso — Antônio Lopes Júnior — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel — Leopoldo Jacomel — Marciano Baraniuk — Odilon Reinhardt — João Fadel.

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO:**

Jorge Sato — Paulo Poli — Fabiano Braga Côrtes — Basilio Zanusso — Fuad Nacli — Borsari Netto.

Suplentes:

Aginaldo Pereira Lima — Cândido Martins de Oliveira — Pinto Dias — Wilson Brandão — João Fadel — Marciano Baraniuk.

**COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS:**

Aginaldo Pereira Lima — Francisco Escorsin — Leopoldo Jacomel — Paulo Poli.

Suplentes:

Armando Queiroz — Paulo Camargo — Ovidio Franzoni — Marciano Baraniuk.

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:**

Antônio Maciel — Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Marciano Baraniuk.

Suplentes:

Leopoldo Jacomel — Fuad Nacli — Basilio Zanusso — Aginaldo Pereira Lima.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1972

(a) João Mansur

## REQUERIMENTOS:

## Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições e de conformidades com as normas do Regimento Interno, propõem, à douta Comissão Executiva, após ouvido o Plenário, seja transcrita em Ata, nos trabalhos legislativos de hoje, um Voto de Louvor — que significa, para-lamente, Uma Moção de Aplauros e de Reconhecimento, ao Exmo. Senhor Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, honrado e digno chefe do Executivo Paranaense, pelas medidas ontem adotadas, no sentido da execução do Projeto Final de Engenharia da Rodovia PR-1 — primeira estrada asfáltica do Norte Pioneiro, que consubstancia a concretização de um grande sonho, acalantando há muitos anos pelos moradores daquela região — descendentes dos desbravadores e colonizadores deste portentoso Estado, onde se planta e se edifica a grandeza do Brasil.

Em verdade, os signatários do presente, irmanados pelo mesmo ideal, juntos batalham em prol desta grandiosa iniciativa, lado a lado com a Associação dos Municípios do Norte Pioneiro, sentem-se, agora, no indecliná-

vel dever de reconhecer, publicamente, a transcendental importância e o indiscutível mérito deste ato do Governador Parigot de Souza, que traduz a redenção de dezenas de Municípios daquela região, todos eles participantes da pujança econômica do nosso torrão. E não é demais citar, entre outros, Jaguariá — Arapoti — São José da Boa Vista — Wenceslau Braz — Siqueira Campos — Santana do Itararé — Carlópolis — Quatiguá — Joaquina Távora — Tomazina — Pinhalão — Jaboti — Japira — Conselheiro Mairink — Guapirama — Sarto Antonio — Jacarezinho — Ribeirão Claro — Cambará — Bandeirantes e todo o Norte Pioneiro.

Ressalte-se, ainda, o excepcional significado desta importante obra rodoviária, interligando a gente valorosa do Norte Pioneiro aos denodados do mens do sul e do sudoeste — à nobre gente paranaguara, onde se situa o mais importante escoadouro da nossa economia, e mais ainda, o que esta estrada representará para os denodados lavradores daquela próspera região, que diuturnamente trabalham a terra com carinho, calor humano e inextinguível dedicação, regando-a com suor e lágrimas, enfrentando o rigor das intempéries, a semearem as redentoras sementes do progresso, ferindo-se, vez por outra, nos abrolhos e nos espinhos da jornada, mas sempre de olhos voltados para o Supremo Criador, fonte inesgotável de inspiração e forças para o trabalho. É assim que entendemos a nobre missão do homem do interior, gente simples, que vive a fecundar a terra que eles tanto amam, com as sementes da sensibilidade e do verdadeiro humanismo. Só eles sabem amar assim a generosa terra mãe. É que esses homens e essas mulheres, bardeirantes do século XX que não procuram esmeraldas, mas sim tirar do solo o santo alimento para as mesas, essa gente boa está sempre esperançosa, na expectativa de que homens do porte do Governador Parigot de Souza, possa minorar-lhes o sacrifício ingente, facilitando, desta ou daquela forma, tal como ocorreu ontem, a gigantesca e árdua tarefa a que se propuseram, de dar ao Paraná novas dimensões de grandeza, progresso e bem estar, legado maior que nos compete deixar às gerações que nos sucederem.

Nestes termos, desejamos, respeitosamente, submeter à alta apreciação de nossos Pares este voto de aplauso, esta Moção de Reconhecimento que leva a chance de milhares de famílias ali residentes, homens e mulheres do Norte Pioneiro, que colherão múltiplos benefícios pelo acerto da patriótica medida.

Solicitamos, outrossim, que se de ciência dos termos desta Moção, deste Voto de Aplauros, ao Exmo. Senhor Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, a todo o seu Secretariado e Dirigentes de Entidades autárquicas e para-estatais, bem como aos Senhores Prefeitos e Presidentes das Câmaras Municipais do Norte Pioneiro e, ainda, às entidades de classe ali sediadas, ede um modo especial à Associação dos Municípios do Norte Pioneiro, para que tomem conhecimento do júbilo intenso dos seus representantes nesta douda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1972.

(a) Aginaldo Pereira Lima e Gabriel Manoel

## Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, nos termos regimentais, requerem que a Ata dos trabalhos desta Sessão destaque um registro especial pela inclusão dos nomes do Senador Accioly Filho e Deputado Federal Alípio Ayres de Carvalho no quadro da Ordem do Rio Branco, no grau de "Grande Oficial", por ato do nobre Presidente Emilio Garrastazu Médici.

O referido registro tem por fim testemunhar a grande satisfação que esta Casa e todo o povo paranaense experimentam ao verificar que o supremo mandatário do País conferiu distinção ao nosso Estado, ao conceder tão importante honraria a dois de seus representantes.

Requerem, ainda os signatários que, do inteiro teor deste requerimento, seja dado conhecimento aos ilustres homenageados.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1972.

(a) João Mansur e Borsari Netto

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Ilustríssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura, Doutor Roberto Linhares da Costa, veemente apelo no sentido de que seja regularizada com a maior brevidade possível, a situação das Serventes, nas diversas Unidades daquela Secretaria de Estado, de vez que, não sendo amparadas nem pelo Estatuto dos Funcionários Públicos, nem pela Consolidação das Leis do Trabalho, não possuem qualquer garantia decorrente de vínculo empregatício. Não tem direito a salário-família e à Assistência Social, além de perceberem a sua parca remuneração apenas durante oito (8) meses do ano, quando as Leis Trabalhistas lhes assegurariam vencimentos correspondentes a doze (12) meses e mais o 13.º salário.

Tal situação, Senhor Presidente, já foi abordado pelo subscritor do presente, em requerimento anterior, sem que se houvessem tomado quaisquer providências. No entanto, tal estado de coisas não pode perdurar. As humildes funcionários que, sempre postergadas, sob pena de, mais cedo ou mais tarde, as autoridades competentes tenham que prestar conta destes fatos perante a opinião pública.

Não se pode conceber no mundo moderno, onde as conquistas sociais são uma tônica, que os Poderes Públicos dem guarida a tais irregularidades e, em assim sendo, quer parecer ser fundada a esperança do autor de que este apelo conte com o indispensável apoio do Plenário desta Augusta Casa.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1972.

(a) Domício Scaramella

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Exmo. Sr. Doutor Mauricio Schulmann, Digníssimo Secretário dos Negócios da Fazenda do Estado, no sentido de que reformule o atual critério por estimativa na cobrança do Imposto de Circulação de Mercadorias.

Esta solicitação prende-se às dificuldades encontradas pelo comércio e indústria do interior do Estado para o pagamento daquele tributo, sempre estimado em bases maiores e irreais do que a verdade demonstra. Isso está provocando, como era de se esperar, uma situação caótica, que chega quase às raíças da falência para a maioria do comércio e indústria, o que é fácil de se constatar, uma vez que, no Município de União da Vitória,



aproximadamente 400 comerciantes encontram-se nessa lamentável situação, ou seja, na iminência de cerrarem suas portas.

A reformulação desse critério, como, por exemplo, retornando-se ao antigo sistema é uma medida de alto alcance econômico-social, que iria dar ao nosso Estado, além da tranquilidade do comércio e indústria, uma rentabilidade aos cofres públicos.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1972.

(a) Domício Scaramella

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, pelo sentido de que se de, através da Secretaria de Educação e Cultura, a máxima urgência na regularização da situação das serventes das diversas Inspeções Regionais de Ensino, tendo em vista a precária situação funcional de tais servidoras.

O subscritor do presente, de antemão conhece a preocupação do Governo no sentido de solucionar o problema ora aventada, sendo de seu conhecimento que já existe na Secretaria de Educação e Cultura, um Grupo de Trabalho criado por Resolução interna, encarregado de estudar a matéria.

O que se objetiva, Senhor Presidente, é que sejam acelerados tais trabalhos e comprovada a viabilidade das medidas preconizadas, sejam estas postas em prática com a maior urgência, dando-se-se amparo legal a um grande número de servidores — perto de 6.000 — que são imprescindíveis para o bom funcionamento dos diversos estabelecimentos de ensino do Estado.

Na forma proposta, pela relevância da matéria, o autor conta com o apoio dos nobres Senhores Deputados e o encaminhamento do presente à alta consideração de Sua Excelência, o Senhor Governador Pedro Viriato Parigot de Souza.

Sala das Sessões em 13 de abril de 1972.

(a) Gilberto Carvalho

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, nos termos regimentais e ouvido o Plenário, requer seja formulado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura, no sentido de ser firmado o necessário convênio entre a Secretaria de Agricultura, INCRA, os colonos holandeses que cultivam o arroz trigo e soja, no Município de Tibagi, cujas culturas se verificam em terrenos arrendados.

A circunstância de referidos colonos não serem proprietários das terras que utilizam, propicia a estagnação da produção, que poderia ser em uma escala bem mais satisfatória, contribuindo, assim, para o maior desenvolvimento não só daquela região, como de resto, do próprio Estado.

Não obstante isso a produção de arroz naquele Município, para a safra do corrente ano, deverá atingir 600 mil sacas, e a previsão para 1972 é da ordem de 1 milhão de sacas, o que por si só justifica a medida ora preconizada.

Tal produção se reveste de grande importância, que vem sendo, seguidamente, focalizada no Suplemento Agrícola de "O Estado de São Paulo" e mais recentemente na edição de 07.03.72.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1972.

(a) Leopoldo Jacomet

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Linhares da Costa, Digníssimo Secretário de Educação e Cultura do Estado, no sentido de que aquela autoridade solicite a transferência para a esfera da SEC, dos colégios situados nos distritos de Vidigal e São Lourenço, no Município de Cianorte, pertencentes à Companhia Nacional de Escolas da Comunidade.

Apesar de pertencerem a CNEC, as citadas escolas cobram mensalidade de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) mensais que, à primeira vista, supõe-se como tributo não oneroso. Entretanto, se verificarmos que muitas famílias possuem quatro ou cinco filhos estudando na CNEC, verificaremos o quão é difícil arcar com essas mensalidades.

Com a transferência para o Governo do Estado das citadas escolas, em muito seria beneficiada a região, com o ensino verdadeiramente gratuito e que viria desafogar financeiramente, as famílias pobres de Vidigal e São Lourenço, solucionando o problema que atualmente força a deserção das escolas de crianças que necessitam do aprendizado.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1972.

(a) Hélio Manfrinato

#### PROJETO DE LEI:

##### Projeto de Lei n.º 25-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Rolândia.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1972.

(a) Xenofonte Villanueva

#### JUSTIFICATIVA:

A "Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Rolândia" tem, como os congêneres de nosso Estado, promovido destacado atendimento às crianças que apresentam esse problema.

No Município de Rolândia estão construindo modelar escola, toda de alvenaria, para atendimento dos mais rigorosos padrões técnicos, cuja primeira etapa deverá ser inaugurada no dia 21 do corrente mês.

Desnecessário é ressaltar a contribuição que estão dando ao Município e ao Estado; portanto, nada mais justo que seja declarada de utilidade pública, para o que contamos com o apoio dos Senhores Deputados com assento nesta Assembléia Legislativa.

Está finda a leitura do Expediente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. Deputado Marciano Baraniuk.

O SR. MARCIANO BARANIUK — Declino da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Trago hoje um assunto de suma importância e que tem preocupado a todos nós e, por ser de interesse comum e não especificamente de uma região, julguei oportuno dirigir meu apelo desta Tribuna para que não pareça que estamos omissos, alheios a esse problema, embora tenhamos procurado solução junto ao Departamento competente, a fim de atender ao apelo dessas humildes funcionárias.

Refiro-me à situação das Serventes contratadas verbalmente.

Sr. Presidente, no ano passado tentei justificar o atraso no pagamento das serventes, certo de que uma comissão constituída para um estudo definitivo, poderia oferecer uma solução, mas esse estudo ficou sem conclusão.

Tomei conhecimento de que no início deste ano foi constituída uma nova comissão, com a mesma finalidade, mas esta comissão não tinha a missão de solucionar esse problema e sim de como distribuir a Verba Orçamentária existente.

Tinha, essa Comissão, três fatores a considerar para o estudo:

1.º — Dotação Orçamentária Cr\$ 10.845.000,00.

2.º — 5.600 Serventes Contratadas.

3.º — Enquadrá-las de acordo com a C.L.T.

Com essa importância a utilizar fizeram o cálculo para 5 horas e 5,30 horas diárias de trabalho durante 12 meses no ano.

Nas 5 horas a servente só receberá a importância de 130,50, com desconto do INFS de 10,44, ficando com o líquido de 120,06; significando 22 cruzeiros a menos do que recebeu no ano passado.

Nas 5,30 horas essas serventes receberão 146,40, com desconto de 11,71, passando a receber 134,69 e mais 13,0 salário que daria a importância de 112,24.

Com esse cálculo de 5,30 horas, não seria suficiente a dotação Orçamentária existente, pois atingiria a casa de 11.024.298,00.

Estou encaminhando um requerimento solicitando que seja regulamentado por Decreto o estudo que se encontra concluído na Secretaria do Governo, mas que se leve em consideração o estudo das 5,30 hs, para que a servente possa receber pelo menos o que recebeu o ano passado e que sejam incluídos os 12 meses e não 10, mesmo que necessite de suplementação, porque na realidade as serventes trabalham os 12 meses; elas fazem plantão no período de férias.

É necessário que se regulamente de acordo com a C.L.T., pois a primeira vista parece que será mais encargos para o Estado de acordo com a C.L.T. quando poderíamos recolher só os 7% do I.P.E. como funcionários contratados, mas acontece que ao ser substituída uma servente pelos Diretores ou Inspectores, proporcionam uma avalanche de reclamações trabalhistas, como já temos vários casos e que custaram ao Estado de Cr\$ 10.000 a Cr\$ 12.000 e, além disso, com a contribuição para o INFS, a funcionária receberá os benefícios que tem direito e que até aqui não recebe.

É preciso que se regulamente com urgência, pois as serventes receberam o último pagamento em Dezembro, perdendo janeiro e fevereiro.

Já está verificado o mês de março e não se paga por falta de regulamentação, motivo que deixo aqui meu apelo para que essas humildes funcionárias possam receber em dia seus merecidos vencimentos.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Borsari Neto.

O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos, nesta tarde, esta Tribuna para registrar a satisfação da Secção do Paraná da Aliança Renovadora Nacional, e também por solicitação de nossa Liderança, a satisfação da Bancada da ARENA com assento nesta Casa, por ver dois destacados representantes admitidos, por ato de S. Exa., o Sr. Presidente da República, no quadro da Ordem do Rio Branco.

Foram agradecidos com essa comenda o Senador Accioli Filho, Presidente da Secção Regional do Partido, e o Deputado Federal Alípio Ayres de Carvalho, também membro da Secção Regional da ARENA.

A entrega dessas condecorações será realizada segunda-feira, no Itamarati.

Entendemos que tal fato justifica plenamente o requerimento que encaminhamos à Mesa.

O requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é firmado pelo Líder da ARENA, Deputado João Mansur e por nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Antonio Belinati, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, como integrantes da Bancada do MDB, queremos manifestar a satisfação de todo o Paraná pelas notícias otimistas em relação a melhora do estado de saúde do Sr. Governador do Estado. Os anúncios a respeito da recuperação que vem tendo o Sr. Governador, são muito auspiciosos, não apenas para os Deputados que integram o Partido do Governador, mas também para aqueles que pertencem ao Partido da oposição e para todo o povo do Paraná.

Ouvimos com atenção o ilustre Deputado Gilberto de Carvalho, trazendo novamente à consideração da Casa um tema dos mais humanos, um tema que realmente deve merecer uma análise profunda por parte do Governo do Estado, relacionado com o baixo salário que as serventes do Paraná estão recebendo (trabalhando 8 horas por dia, não recebendo qualquer vencimento no período das férias escolares. Elas ganham pouco mais de 140 cruzeiros, sem direito a médico e hospital).

É um tratamento realmente desumano, um tratamento que deve ser corrigido. Já chegamos até a requerer aqui uma Comissão de Deputados, para examinar esse assunto. Temos certeza de que isso não é preocupação de elementos da ARENA ou do MDB, mas é realmente um assunto que preocupa todos desta Casa de Leis, porque todos nós conhecemos e compartilhamos do sofrimento daquelas que têm a missão de proceder a limpeza dos estabelecimentos de ensino de nosso Estado.

O ilustre Deputado Gilberto de Carvalho haverá de contar sempre com nosso integral apoio, bem como o ilustre Deputado Domício Scaramella, que também trouxe um requerimento pedindo reparos nesse tratamento para, quem sabe, no menor espaço de tempo, encontrar do Governo os recursos



necessários para que as serventes venham a perceber um tratamento realmente humano.

Porque, na verdade, a lei do Salário Mínimo, que é uma lei que não foi feita pela Assembléia Legislativa do Paraná, que não foi feita por nenhuma Câmara de Vereadores ou Assembléia, mas que é uma Lei Federal, está sendo ignorada em nosso Estado.

Quero ainda tratar de outro assunto, em rápidas palavras porque alguns Deputados irão ocupar a Tribuna e já me comunicaram, então seremos breves na consideração do problema da melhor conservação das estradas do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vidas preciosas têm sido ceifadas nas rodovias do Paraná e em grande parte os acidentes automobilísticos estão sendo causados em consequência da falta de melhor presença da Secretaria dos Transportes e demais órgãos competentes. Está havendo um relaxo injustificável na conservação das estradas do Paraná. É necessário que o órgão competente proceda a reparos urgentes para melhor sinalização das rodovias paranaenses, e como exemplo de abandono, citaríamos a Rodovia do Café, que semanalmente é percorrida pela quase totalidade dos membros deste Poder Legislativo.

É uma estrada que sabemos, o ex-Governador Ney Braga apressou-se em pavimentar para entregá-la pronta ao seu sucessor Paulo Pimentel. Vemos hoje, que apesar de grandiosa, é inegável que foi uma das maiores obras do Governo Ney Braga. Nada foi feito para corrigi-la pelos Governos que o sucederam. Com o avanço da tecnologia seria possível eliminarmos muitas curvas que existem na rodovia a fim de melhorar a visibilidade dos motoristas e diminuindo, quem sabe, o índice alarmante de acidentes naquela importante rodovia que liga o Sul ao Norte do Paraná.

O problema não é apenas o das curvas. Vemos que falta acostamento na rodovia que tem tráfego intenso. Em alguns trechos não há sequer o acostamento e o motorista, numa emergência, não tem para onde desviar seu veículo; vemos o problema do matagal, o mato vai crescendo e o problema vai sendo deixado de lado; as pontes vão sendo quebradas e destruídas pelos acidentes que ocorrem sobre elas e o trabalho de reconstrução das mesmas é muito lento.

Vemos ainda um exemplo gritante a respeito do relaxo que se observa no tratamento da Rodovia do Café. No ano passado à altura do quilômetro 140, o Rio Barrinhas transbordou em virtude das chuvas que caíram no mês de fevereiro. As águas tomaram conta do asfalto; foi preciso improvisar o serviço de balsa no quilômetro 140 da Rodovia para que os carros pudessem atravessar o trecho da Rodovia sobre a balsa. Já se passou um ano e nada foi feito para elevar aquela ponte sobre o Rio Barrinhas. Neste ano choveu menos, mesmo assim as águas chegaram até o leito da rodovia. Se tivesse chegado um pouco mais, reprisariamos o drama vivido pelos motoristas no ano passado. Um ano não foi suficiente para se corrigir essa deficiência da engenharia. A ponte está muito baixa e é preciso erguê-la um pouco mais, para que no instante em que cair forte aguaceiro não haja prejuízo para o trânsito.

Queremos também abordar aqui o problema dos Postos Fiscais, dos Postos da Polícia Rodoviária. Esses Postos estão bem equipados para fiscalizar e multar aos motoristas. Em quase todos os trechos da estrada encontramos guardas preparados para multar os carros que apresentem alguma irregularidade, porém no momento em que ocorre um desastre eles não estão preparados, não têm uma ambulância para remover os feridos e demoram-se para chegar até o local do acidente. É preciso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esses Postos da Polícia Rodoviária sejam equipados não apenas para multar, mas também para dar atendimento imediato quando forem registrados os já quase rotineiros acidentes, sobretudo na Rodovia do Café.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente quero agradecer as palavras de V. Exa. quando se referiu aos problemas das serventes e dizer que esta luta nós temos que levar em conjunto para ser solucionado, uma vez por todas, este problema das serventes. V. Exa. se referiu agora sobre o Detran, alegando que existe uma fiscalização para multar aos infratores mas não existem meios de socorro para os que são acidentados. Quero informar a V. Exa. que o Detran...

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Estou referindo-me à Polícia Rodoviária e não ao Detran.

O Sr. Gilberto Carvalho — O Detran está hoje equipado. Adquiriu a semana passada seis Belinas com macas para prestar socorros. Está havendo um trabalho conjunto entre a Polícia Rodoviária e o Detran para dar melhor atendimento aos que necessitam e fiscalização para evitar acidentes que vêm ocorrendo cada vez mais.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Agradeço a V. Exa. Tomara que estas medidas sejam logo tomadas. Perdemos há dias um cunhado na Rodovia do Café e deixamos passar o tempo porque este pronunciamento deveríamos ter feito em outra oportunidade, mas vimos lembrar aquele acidente e dizer que o mesmo ocorreu por volta de nove e pouco da noite, a 50 quilômetros de Ponta Grossa. A Polícia Rodoviária só chegou ao local a uma hora da madrugada. Também estamos sabendo de outros casos semelhantes, quando há um acidente é evidente o trauma que a família passa a viver. No entanto, em que pesem as facilidades de comunicação, o acidente, tendo ocorrido às nove horas da noite, o corpo vai para o necrotério, tem que se esperar o médico chegar no outro dia para a autópsia. Às vezes o médico está viajando, ou outro compromisso, chega um pouco atrasado. O caso do nosso cunhado, o corpo foi liberado no outro dia às três da tarde. Então, estamos aproveitando este exemplo de triste memória para nós, para quem sabe, na eventualidade de algum outro acidente nas estradas do Paraná, para que não haja tanta morosidade e para que a Polícia Rodoviária tenha condições de dar atendimento às vítimas, porque para aqueles que morrem como nosso cunhado, pouco há para se fazer, a não ser liberar o corpo, mas há casos em que há sobreviventes e, se uma vítima é transportada imediatamente para um hospital, quem sabe com este gesto e com esta rapidez poderíamos salvar muitas vidas. Desejamos também que, com o avanço das comunicações, possa quem sabe a Secretaria dos Transportes, em conjunto com a Telepar, instalar telefones nas margens da nossa Rodovia do Café e nas principais estradas do Paraná, para que, numa emergência possamos, quem sabe, manter comunicação mais imediata com os postos da Polícia Rodoviária, e também aquele grande drama de quem viaja, sobretudo à noite. São aqueles carros com faróis queimados, carros sem sinalização e que às vezes servem para tirar a vida de inocentes, de pais de família.

Sr. Presidente, apelando aqui, numa crítica construtiva, num gesto até mesmo de colaboração para com a Secretaria dos Transportes e com os dirigentes do DER, esperamos que as nossas estradas sejam melhor sinaliza-

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O assunto que V. Exa. traz à Tribuna é realmente um assunto que sensibiliza a todos nós, mormente porque verificamos que os acidentes ocorrem geralmente nos mesmos locais.

Na curva da BR-277 foi necessário ocorrerem 36 acidentes com 29 vítimas para que vagorosamente se fizesse ali uma pequena alteração de sinalização melhorada; depois desta providência, nenhum acidente mais ocorreu.

E nós, viajando pelo Estado de São Paulo, verificamos o cuidado que aquele Governo tem com a sinalização nas estradas, que em última análise, expressa o sentido humano do Governo. E no Paraná, nós verificamos a ausência quase total de sinalização, de vigilância, de fiscalização, de observância, de tudo quanto possa se imaginar em termos de segurança.

Está aí o exemplo do trecho muito bem citado por V. Exa., o trecho Curitiba-Ponta Grossa, que urge providências, não de sinalização somente, mas de construção de uma nova pista, visto o funil que esta estrada representa. Todo o tráfego do Paraná por Curitiba, S. Paulo, Porto Alegre, Sta. Catarina e Porto de Paranaguá, é hoje um tráfego intensíssimo, o risco de vida nestas estradas é cada vez maior. Porquanto, eu quero me solidarizar com V. Exa. também porque, há poucos dias, ocorreram desastres na BR-277, por única e exclusiva culpa da entidade governamental, que sujeitou uma estrada daquele gabarito, a pontes construídas há vinte anos atrás, uma economia insignificante de recursos financeiros e ali se sacrificaram quantas vidas. Apelamos há poucos dias, como faz V. Exa. neste instante, para que o Governo tome as providências no alargamento daquelas placas de sinalização de toda a rodovia. Meus parabéns a V. Exa.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Muito obrigado, Deputado Nivaldo Krüger.

Temos vários trechos de rodovias de importância, no Paraná, que estão servindo realmente de grande perigo. Nós temos o Deputado Basílio Zanusso que é de Nova Esperança, deve conhecer um trecho em Mandaguçu e um contorno que fizeram com pouca sinalização, onde algumas pessoas, não vendo a placa, chegaram a passar direto, e muitos pais de família morreram nesse trecho de Mandaguçu.

E na estrada do café, com as últimas chuvas, vários trechos ficaram danificados então, à noite principalmente, se o motorista se distrai, uma pequena distração que tenha no volante, é não observar uma placa do lado. Ele acaba passando direto em algum abismo, porque não há nenhum luminoso. Deveriam colocar várias placas alertando ao motorista onde haja um grande perigo, para aquele que está viajando.

Era o que nós tínhamos a respeito do problema.

O Sr. Antônio Lopes Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Belinati, quero, na oportunidade deste aparte, apresentar a V. Exa. antes de tudo, a minha solidariedade no que se refere ao acidente sofrido pelo seu parente. Lamento profundamente o ocorrido, e realmente, as estradas constituem hoje, ao lado dos veículos que correm vertiginosamente, muitos deles sem cuidado nenhum, perigo tão grande quanto os que ocorrem nos tempos de guerra. Quando se sai para uma viagem é preciso fazer orações. Quero também aproveitar a oportunidade para louvar o que o Arquiteto Marcos Prado está fazendo na Capital com esta equipe motorizada de fiscalização, e quero aproveitar para sugerir que o DER faça o mesmo nas rodovias paranaenses. Que pelo menos de 100 km. haja uma patrulha rodoviária motorizada, percorrendo constantemente os 100 km. ida e volta, a fim de coibir abusos e prestar assistência aos que necessitam.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Obrigado, Deputado Antônio Lopes Júnior.

Será uma grande colaboração porque os guardas rodoviários ficando num posto fixo, é evidente que sempre haverá demora em atender aos acidentes, às vezes quase sendo já inútil a sua presença. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tivemos hoje o prazer de ouvir a palavra do ilustre Deputado Gilberto Carvalho e do ilustre Deputado Antônio Belinati, com referência ao problema das serventes do Estado do Paraná.

Apresentamos um requerimento neste sentido e temos a certeza de que teremos o apoio de todos os demais nobres Pares da Casa, porque este assunto já está se tornando uma calamidade em nosso Estado.

Há meses apresentamos requerimento neste sentido, assim como certos Srs. Deputados e recebemos resposta da Secretaria de Educação e Cultura, vasada nos seguintes termos: (Lendo)

(A matéria lida não foi encaminhada ao Serviço Taquigráfico).

Sr. Presidente, para nós que estamos no interior praticamente todas as semanas, é comum vermos serventes da região que representam com muita honra nesta Casa, com mais de dez anos de serviços prestados ao Estado e percebendo oito meses durante o ano, conforme expus no requerimento. Percebem os vencimentos com grande atraso. As leis trabalhistas em vigor em nosso País dão o direito a doze meses, mais férias e o 13.º salário. Assim sendo o Governo do Estado terá que procurar uma solução. Ou nomeia as serventes como funcionárias do Estado ou contrata as mesmas, com direito ao que dispõem as Leis em vigor em nosso País, principalmente com referência à assistência. Diversas serventes daquela região, quando adoecem têm que colocar uma pessoa em seu lugar e elas mesmas têm que pagar.

Tenho a certeza de que o órgão governamental competente irá tomar providências para resolver o problema, para que não seja responsabilizado o Governo com referência aos anos de serviço prestados por estas serventes do Estado do Paraná.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. ao abordar esse assunto, Deputado Domício Scaramella, interpreta o sentimento de uma classe que vem sendo tratada com tamanho desprezo pelo Governo do Estado do Paraná, com tamanho descaso, como se não fossem criaturas humanas.

Quero relatar a esta Casa um fato ocorrido em minha cidade, em Guarapuava, quando uma servente já não dispozo mais de crédito no armazém e na farmácia, tendo o filho doente e não conseguindo meios de modificá-lo com urgência, teve que se conformar em aceitar a fatalidade da morte daquela criança sem que pudesse dar-lhe o atendimento médico necessário. Porque o IPE também não atende. Porque o Governo, nesse setor, é injusto, desumano, bárbaro. Aquela mulher, em seu desespero de mãe, levou seu filho ao Inspetor de Ensino, seu filho já morto, para que aquela autoridade



educacional, ao menos a ajudasse a sepultá-lo, uma vez que não pode ajudá-la a salvá-lo.

Isto aconteceu em Guarapuava, de onde provém o Presidente do Partido da situação, onde a situação domina todos os cargos e todos os postos.

Relatei o fato porque, certamente, esta Casa não o receberá com a insensibilidade o que ocorreu em minha cidade.

V. Exa., nobre Deputado, tem lutado para dar condições a essas servidões, é coisa comum de nosso Partido mas o Estado do Paraná, o Partido da situação, nesse setor, tem sido desumano, bárbaro, cruel. Serve-se dessas funcionárias, suga-lhes o máximo e, na hora da retribuição, nem ao menos

lhes dá compreensão.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Agradeço o aparte do nobre Deputado Nivaldo Krüger que nos relatou um fato que ocorreu em sua cidade. Mas existem muitos fatos iguais a esse.

O SR. Nivaldo Krüger — Nobre Deputado, permita-me mais um aparte. (Assentimento).

Quero, por um dever de justiça, reconhecer que o atual Governo determinou a contratação dessas serventes. Já é um passo. Reconheço isso como uma medida humana e justa. E se fôr reconhecido o tempo de serviço dessas serventes que envelheceram e se desgastaram limpando as salas de aulas dos colégios estaduais, o Governo já estará dando uma demonstração de justiça e de humanidade.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Agradeço, mais uma vez, o aparte de V. Exa.

Mas, lembramos que essas serventes se fôr concretizada essa reivindicação por parte do Governo, irão receber, praticamente, 14 meses, porque seriam os 12 meses e mais o 13.º e ainda o mês de férias a que têm direito, porquanto, agora, elas percebem apenas 8 meses.

Os documentos que temos em mãos datam de outubro do ano passado: ainda não temos conhecimento de que foi solucionado e as Senhoras Serventes ainda não perceberam nenhum vencimento em 72. É um apelo que venho fazer com esse requerimento, para resolver esse problema que é quase de calamidade.

Conhecemos bem o interior do Estado, não só nós como todos os Deputados. Tenho certeza absoluta que todos têm os mesmos problemas na sua região. Peço o apoio de todos os Srs. Deputados, para o apelo que faço, para que esta Casa nomeie uma Comissão para interceder junto aos órgãos competentes para solucionar o problema.

Também apresentei um requerimento com relação ao ICM. Na minha região está ocorrendo um problema grave. Foi criado o ICM, imposto de circulação de mercadorias e na minha região, quase todos os pequenos comerciantes e pequenos industriais, ao invés de serem cobrados, como manda a lei do imposto, é feito por estimativa. Diversos proprietários de casas comerciais tem trazido ao meu conhecimento que tem que recolher quinhentos ou mil por cento a mais do que recolhiam. Mais de 400 casas comerciais e pequenas indústrias cerrarão suas portas a continuar essa situação.

Também apresentei requerimento fazendo apelo ao sr. Secretário para que estude e nomeie uma Comissão para que vá "in loco" — se não acreditarem em nossas palavras verificar o que está acontecendo na nossa região.

O SR. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Com grande propriedade V. Exa. aborda o assunto. Na verdade não poderá o médio e pequeno empresário sobreviver.

O Estado atribue cotas através de estimativa de um movimento que geralmente não se realiza, descapitalizando-o e levando-o ao desestímulo.

Portanto, mais uma vez estou de pleno acordo com V. Exa.. É uma atitude desumana do Governo do Estado, sacrificar o pequeno comerciante, que exerce no seu meio função social. Tem uma função social de alto valor na vida das comunidades interioranas, o que não é compreendido pelo Governo do Estado.

Certamente isso deverá continuar ocorrendo: governos que não são eleitos não têm diálogo, não ouvem as dores do povo e não sabem compreender.

O SR. DOMICIO SACARAMELLA — Agradecemos mais este aparte e queremos citar que na nossa cidade o movimento das pequenas casas comerciais não dá para pagar o imposto que está sendo lançado. Estão cerrando suas portas e já levamos ao conhecimento do Sr. Secretário da Fazenda, solicitando que ele mande uma Comissão "in loco" para verificar.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. fala com muita oportunidade na região representada por V. Exa. nesta Casa. Mas quanto aos dois assuntos focalizados por V. Exa. queríamos registrar todo nosso integral apoio a essa reivindicação em favor das serventes, principalmente porque elas são elementos necessários às repartições e escolas onde funcionam. Sem elas as repartições públicas e as escolas, talvez não pudessem funcionar e no entanto, elas estão vivendo um verdadeiro drama social e esse problema social se alastra também, em consequência da injustiça tributária que está se verificando em nosso Estado.

Essa referência que V. Exa. faz com relação ao lançamento do ICM através da estimativa visa, sem sombra de dúvida, o exterminio do pequeno comerciante.

A que se sabe, ao que transpira nas fontes oficiais o Governo pretende ficar com os grandes comerciantes e extinguir o pequeno comerciante sob a alegação de que o pequeno comerciante tem facilidade para sonegar o imposto devido, enquanto que as grandes firmas, os grandes comerciantes, organizados através de Sociedade Anônimas podem ser fiscalizados pela sua contabilidade mais facilmente, pelos órgãos federais e em consequência não sonegam o imposto.

O Governo para satisfazer ao seu propósito arrecadador, o seu objetivo de arrecadar imposto está pretendendo, ao que parece ser uma verdade, extinguir com a classe dos pequenos comerciantes. Isto representa para todos nós um retrocesso. Relativamente aos pequenos comerciantes basta citar apenas um exemplo. A maior empresa de Vição existente em nosso Estado, a Vição Garcia, começou com uma simples jardineira de 1930 e pouquinho e hoje é uma das maiores empresas de Vição de todo o país, e quiçá da América do Sul.

Se extinguirmos o pequeno comerciante vamos tirar ao povo este direito que todos têm, de alcançar, algum dia, sucesso na vida, desta maneira ninguém mais terá o direito de progredir a não ser as grandes empresas.

Congratulo-me com V. Exa. por abordar dois temas, sendo que o primeiro deles o foi juntamente com o Deputado Gilberto Carvalho, de grande importância na análise dos problemas sociais que envolvem o momento.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Agradeço o aparte do Deputado Muggiati Filho.

O Sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Domicio Scaramella V. Exa. trata, na tarde de hoje, de dois assuntos que vem despertando o interesse de todo o Estado do Paraná.

Na verdade, todos nós que somos Deputados temos ouvido nas regiões que aqui representamos as reivindicações das serventes.

Esse apelo que V. Exa. faz a esta Casa e às autoridades responsáveis pelo Governo do Estado no sentido do atendimento das mais justas reivindicações das serventes, quero fazê-lo também em nome da Bancada do MDB.

Da mesma forma, no que se refere ao ICM, no Sudoeste do Estado temos ouvido sucessivas reclamações, pois pequenas firmas estão fechando, vários restaurantes e churrascarias estão cerrando suas portas em virtude de uma estimativa nem sempre documentada na realidade. O que é pior é que muitas vezes principalmente no interior, a estimativa tem caráter político e tem o sentido de perseguir aos adversários do Governo do Estado.

Lamentavelmente isto vem ocorrendo com desconhecimento presumo das autoridades maiores responsáveis tanto pelo setor de tributação quanto pelo setor governamental, político propriamente dito, mas registro o fato porque V. Exa. se antecipou a este assunto que eu preciso tratar da Tribuna. Estava na cidade de Pato Branco onde tenho sucessivas reclamações acerca de um critério de estimativa que difere em função de companheirismo político. Pequeno comerciante contrário ao Governo recebe uma taxa de estimativa muito maior do que aquele que é favorável ao Governo. Registro este meu ponto de vista de integral solidariedade pela sensibilidade de abordar V. Exa. dois problemas de real interesse no momento, de nosso Estado.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Agradeço o aparte do ilustre Líder, com referência aos dois requerimentos apresentados nesta tarde de hoje nesta Casa. Tenho certeza que teremos o apoio unânime dos srs. Deputados, e além do que será enviado ofício às autoridades constituídas e faço um apelo ao ilustre Líder do Governo, Sr. Deputado João Mansur para que, pessoalmente, de viva voz, leve este assunto ao conhecimento das autoridades responsáveis. S. Exa. o Líder do Governo nesta Casa tem a capacidade de facilitar de muito para terminar com estes dois problemas graves das sementes e do ICM, principalmente da estimativa aos pequenos comerciantes. Muito obrigado aos srs. Deputados pela atenção que me me deram esta tarde — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não é propriamente um discurso que vou fazer da Tribuna nem um aparte. Enretanto uma equipe de alunos do colégio, do Ginásio Dr. Ermelino de Leão, foi incumbida de realizar um trabalho de moral e cívica e o assunto era Assembleia Legislativa do Estado; equipe esta que aqui esteve há quatro, cinco ou seis meses atrás e nós tivemos a oportunidade de estar em contato com os alunos que eram liderados pelo jovem Aquino que ali se encontra no lugar de honra desta Assembleia. A nosso convite e hoje vem este jovem trazer à Assembleia do Paraná o Projeto, digo, o produto da sua pesquisa que se consubstancia na Constituição do Poder Legislativo do Estado, que se consubstancia aos Homens que integram a função, o Partido a que cada um pertence, o que o Deputado entende sobre a missão do parlamentar, o trabalho da Assembleia e assim por diante, uma Ordem do Dia, um Ofício, e publicações relacionadas com a Assembleia Legislativa do Paraná. Parece-me que este Colégio e a sua Diretoria, Sr. Presidente, que este Colégio merece da Assembleia uma manifestação especial, pois trabalho desta ordem valoriza o nosso Poder, valoriza a Casa do povo e especialmente faz com que os jovens se interessem, tomem conhecimento e possam, amanhã, sensibilizados pelo que aqui ocorre, despertar sua vocação para o exercício da causa pública. Então, Sr. Presidente, proponho, nesta oportunidade, em nome desta Casa, dirija-se à Diretoria daquele Colégio, ressaltando o trabalho feito pela equipe e a importância dada pelo Diretor do Colégio à Instrução Moral e Cívica, especialmente por haver escolhido o Poder Legislativo do Paraná que, no entender de sua Direção, é realmente o Poder que representa o povo paranaense, convidando nova equipe para aqui vir participar de sessões, fazendo, desta forma, a integração entre a área estudantil e o povo do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência parabeneza-se com o pronunciamento do Deputado Nivaldo Krüger, e tomará as providências necessárias para que a sua intenção seja cumprida. A Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença honrosa do Vereador Sidney Lima Santos, da Câmara Municipal de Curitiba.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. Discussão — do Projeto de Resolução n. 7-71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado em 15 de julho de 1970, entre o D.E.R., e o Município de Sengés. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 222-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 25-71, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a contribuição do Estado para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

2a. Discussão — do Projeto de Resolução n. 9-71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 17-71 — aprova Convênio celebrado em 30 de março de 1971, entre a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná e o Ministério da Agricultura. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

1a. Discussão — do Projeto de Resolução n. 11-71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 41-70 — que aprova Convênio celebrado em 4-11-69, entre o Governo do Estado do Paraná, através do D.E.R., e a Rede Ferroviária Federal S.A. — R.V.S.P.S.C., com finalidades que especifica. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 11-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica aprovada nos termos do inciso VII, Artigo 22, da Constituição Estadual, o Convênio firmado em 4 de novembro de 1.969, entre o



Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem e a Rede Ferroviária Federal S.A. — Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, para a construção, pela Rede, de uma variante ferroviária, no trecho Ourinhos-Dr. Camargo, entre os Kms. 57,900 e 58,800, que permitirá ao DER-PR, estabelecer passagem superior para o trecho rodoviário da BR-87, Cambará-Andará, com a construção do Viaduto Andará.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1.971.

aa) Muggiati Filho — Presidente  
Armando Queiroz — Relator  
Cândido Martins de Oliveira  
Sebastião R. Júnior  
Gilberto Carvalho

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 11-71

##### PARECER A PROPOSIÇÃO N. 41-70

AUTOR: Poder Executivo

SUMULA: Mensagem encaminhando cópia autêntica do Convênio celebrado em 1 de novembro de 1.969, entre o Governo do Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem e a Rede Ferroviária Federal S.A. — Rede Viação Paraná Santa Catarina.

I — A Proposição em exame, oriunda de Mensagem Governamental, visa a construção de uma variante ferroviária pela Rede Ferroviária Federal S.A., no trecho entre Ourinhos e Dr. Camargo, entre os Kms. 57.900 e 58.800, que permitirá ao DER do Estado estabelecer passagem superior para o trecho rodoviário da BR-87 Cambará-Andará, com a construção do Viaduto Andará.

II — Nos termos da redação do Convênio, nota-se perfeitamente que a matéria é do mais alto interesse público, razão pela qual o nosso parecer é pela aprovação.

III — Além do mais, trata-se de mero "referendum" nos termos do inciso IX, do Art. 47 da Constituição Estadual, para o qual oferecemos igualmente, o Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1.971.

aa) Muggiati Filho — Presidente  
Armando Queiroz — Relator  
Emílio Carazzai  
Sebastião R. Júnior  
Gilberto Carvalho  
Cândido Martins de Oliveira

MENSAGEM N. 7-70

Curitiba, 3 de abril de 1.970.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem e a Rede Ferroviária Federal S.A. — Rede de Viação Paraná-Santa Catarina.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequentemente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

PAULO PIMENTEL — Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado Francisco Escorsin

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

#### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ

##### DIVISÃO JURÍDICA — SEÇÃO DE CONTRATOS

##### CONVÊNIO N. 4-69

CERTIFICO que revendo o Livro Próprio de Convênios Existente neste Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, às fls. 151 à 153, nele encontrei o Convênio do teor seguinte:

Convênio para execução de serviços de construção de uma variante ferroviária, que entre si fazem o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná e a Rede Ferroviária Federal S.A. — Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, na forma abaixo:

1) PARTES — O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, daqui por diante denominado DER-PR, representado pelo seu Diretor Geral, Eng. Aldo Ferdinando Patitucci, e Técnico, Eng. Darcy Gomes de Moraes, e a Rede Ferroviária Federal S.A. — Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, ora denominada Rede, representada pelo Superintendente desta Unidade de Operação Eng.º Máximo Ivo Domingues, acordaram em firmar o presente Convênio, na forma da legislação em vigor, de acordo com o vencido no processo protocolado sob n. 15.192/65-DER-PR.

2) LOCAL E DATA — Lavrado e assinado na Capital do Estado do Paraná, na Diretoria Geral do DER-PR, aos quatro (4) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e nove.

3) OBJETO DO CONVÊNIO — Construção, pela Rede, de uma variante ferroviária, no trecho Ourinhos-Dr. Camargo, entre os Kms. 57,900 e 58,800, que permitirá ao DER-PR, estabelecer passagem superior para o trecho rodoviário da BR-87 Cambará-Andará, com a construção do Viaduto Andará.

4) EXECUÇÃO — O desmonte e assentamento da linha na nova diretriz e os serviços complementares necessários, conforme discriminação constante do orçamento respectivo, serão executados de acordo com as normas próprias da Rede e obedecerão ao projeto e perfil longitudinal anexos ao processo protocolado sob n.º 15.192/65-DER-PR.

5) VALOR E INDENIZAÇÃO — O valor dos trabalhos a executar pela Rede está orçado em Cr\$ 41.266,19 (quarenta e um mil, duzentos e sessenta e seis cruzeiros novos e dezenove centavos), conforme orçamento pela mesma elaborada e que faz parte integrante do processo respectivo, cuja quantia lhe será paga pelo mesmo DER-PR, após concluídos os serviços e recebida, pelo mesmo DER-PR, a devida comunicação do Departamento de Finanças da Rede.

6) RECURSOS — Para a execução dos trabalhos objeto deste convênio, a Rede fornecerá todo o material, mão de obra e transporte necessários, enquanto que as despesas do DER-PR correrão por conta da verba própria constante da sua dotação orçamentária, Código 4.1.1.0.-04, conforme documento de empenho n. 3.080-69, de 13-6-69, no valor de Cr\$ 41.266,19 (quarenta e um mil, duzentos e sessenta e seis cruzeiros novos e dezenove centavos).

7) DESAPROPRIAÇÕES — Caberá ao DER-PR indenizar e processar.

amigavelmente ou judicialmente, a desapropriação da faixa de Domínio com largura de 30 (trinta) metros, sendo 15 (quinze) metros para cada lado do eixo da linha variante.

A Rede, em compensação, transferirá para o DER-PR a faixa de domínio ao longo do trecho substituído pela variante a ser executada. Essa transferência somente será efetivada após o DER-PR transmitir, para a Rede em definitivo e por justo título, a faixa correspondente à variante e efetuar o pagamento do montante especificado neste Convênio.

8) PRAZO — Este Convênio terá validade por um exercício, podendo ser renovado por aditamento.

9) VALIDADE E VIGÊNCIA — O presente Convênio somente será válido e terá vigência após sua aprovação e registro pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, não cabendo à Rede qualquer indenização se o referido Tribunal denegar seu registro.

E, como nada mais houvesse, eu Ellymor Bassetti, advogado nível 21 deste Departamento, lavrei o presente termo de Convênio que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes interessadas e testemunhas presentes. (aa) Aldo Ferdinando Patitucci, Darcy Gomes de Moraes, Máximo Ivo Domingues, Testemunhas: Ivany<sup>a</sup> Rodrigues, Luiz Capelaine, VISTO: (Assinatura Ilegível). VISTO: (Assinatura Ilegível) — Chefe do Depto. Jurídico. — Era o que se continha em dito Livro de Convênios do qual eu Roseli Stinglin Capelaine, Of. de Administração nível 20 deste DER-PR, bem e fielmente extraí a presente CERTIDÃO e eu Theodócio Miguel Atherino, Chefe da Secção de Contratos em 4-11-1969, me reporto e dou fé.

a) J.A. NASCIMENTO DE LOYOLA — Procurador Judicial

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados João Mansur e Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando um destaque especial na Ata dos trabalhos de hoje, pela inclusão dos nomes do Senador Accioly Filho e Deputado Federal Alípio Ayres de Carvalho, no quadro da Ordem do Rio Branco, no Grau de "Grande Oficial".  
Aprovado.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima e Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando moção de aplausos e de reconhecimento ao Sr. Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, pelas medidas adotadas no sentido da execução do Projeto final de Engenharia da Rodovia PR-1. — Aprovado.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, apenas para solicitar a V. Exa. que, a propósito do que foi aprovado agora, da moção de aplauso, insistisse junto ao Sr. Secretário da Casa no sentido de que fornecesse ao MDB as certidões solicitadas por ocasião da votação da moção de aplauso a S. Exa. o Sr. Presidente da República, pelo envio da Mensagem ao Congresso, que transforma de diretas em indiretas as eleições para Governadores de Estado em 74.

Naquela oportunidade fiz esta solicitação à Mesa e, no entanto, até hoje as certidões não chegaram ao poder de nossa Bancada.

Apelo a V. Exa. no sentido de que determine à Secretaria o fornecimento das certidões nos termos em que foram solicitadas.

Antecipadamente, agradeço suas providências.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência solicita à 1ª. Secretaria que tome as providências necessárias no sentido de que sejam entregues ao Deputado Sebastião Rodrigues Júnior as certidões solicitadas, o mais breve possível.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Negócios da Fazenda do Estado, no sentido de que reformule o atual critério por estimativa do imposto de circulação de mercadorias. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que seja regularizada com a maior brevidade possível a situação das serventes, nas diversas unidades daquela Secretaria. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de serem tomadas providências, quanto à situação das diversas Inspetorias Regionais de Ensino. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Agricultura, no sentido de ser firmado convênio entre a referida Secretaria e o INCRA, Banco do Estado do Paraná, BRDE e Codepar. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Educação, no sentido da transferência para a esfera da SEC, de Colégios pertencentes à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. — Aprovado.

Indicação de autoria do Sr. Deputado João Mansur, Líder da ARENA, indicando nomes de diversos Srs. Deputados para comporem as Comissões Técnicas da Casa. — Ao Departamento Legislativo — Divisões das Comissões, para anotar.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, na qualidade de Líder do MDB, indicando nomes de diversos Srs. Deputados para comporem as Comissões Técnicas da Casa. — Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, às 10,00 horas, sexta-feira, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 211-71;

1a. Discussão — dos Projetos de Lei ns. 181-71, 180-71 e 188-71.

Levanta-se a sessão.



PORTARIAS:

PORTARIA N. 120-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.098, de 6 de abril de 1.972, deste Poder, Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.098, de 06 de abril de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Izidoro Ceccon, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.970, a partir de 3 de abril de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de abril de 1.972.

a) FAUSTO LUIZ ABR Y — Diretor Geral

PORTARIA N. 121-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 1.875, de 29 de março de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

designar Carlos Augusto Cequinel, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Igo Losso.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de abril de 1.972.

a) FAUSTO LUIZ ABR Y — Diretor Geral

PORTARIA N. 122-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 1.882, de 3 de abril de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

designar Jeanete Mary Orlowski, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Gilberto de Carvalho.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de abril de 1.972.

a) FAUSTO LUIZ ABR Y — Diretor Geral

PORTARIA N. 123-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 2.318, de 12 de abril de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Zildete Teixeira, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.971, a partir de 13 de abril de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de abril de 1.972.

a) FAUSTO LUIZ ABR Y — Diretor Geral